

FRANCHYS MARIZETHE NASCIMENTO SANTANA FERREIRA

**CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA –
de 1998 a 2004**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE
ABRIL/2006**

FRANCHYS MARIZETHE NASCIMENTO SANTANA FERREIRA

**CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA –
de 1998 a 2004**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão Escolar e Formação Docente.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariluce Bittar

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE
ABRIL/2006**

**CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA –
de 1998 a 2004**

FRANCHYS MARIZETHE NASCIMENTO SANTANA FERREIRA

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Mariluce Bittar - UCDB

Profº Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osório - UFMS

Profª Dra. Margarita Victoria Rodríguez - UCDB

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha filha Samara e ao meu esposo Wilson que, com firmeza, maturidade e amor, souberam “encarar”, junto comigo, o desafio da ausência para que mais este sonho pudesse ser concretizado.

Agradeço ainda ao meu marido pela dedicação e atenção à nossa filha na minha ausência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS que nos deu sabedoria e saúde para que aqui chegássemos, sem nunca nos abandonar. Foi a ELE quem sempre procuramos forças e entendimento para superar os momentos difíceis e de indecisões.

Muitas foram as pessoas que de diferentes maneiras contribuíram para que essa pesquisa fosse realizada. Entre elas, gostaríamos de expressar nosso especial agradecimento:

À Profª Drª Mariluce Bittar, nossa orientadora, pela paciência e entendimento nos momentos difíceis que atravessamos ao longo desta jornada. Seu apoio e conhecimento foram fundamentais na construção deste trabalho.

À minha irmã Magali pelo socorro nos momentos mais difíceis e sua ajuda que foram extremamente relevantes em toda minha jornada;

À Profª Drª Claudete Cameschi de Souza pelo apoio e grandes oportunidades de crescimento na área educacional;

À Professora Vilma Begossi, pela cedência do seu material fundamentalmente importante para o enriquecimento deste trabalho;

Ao Sr. Mário Verza pela atenção, informações e empréstimo de sua Monografia que tornaram esta pesquisa possível;

Ao Excelentíssimo Prefeito Felipe Orro, pelo apoio ao longo do curso, quando precisamos ausentarmos para concluir o mesmo com êxito;

A todos os colegas que conseguiram concluir este curso, pois eles foram o grande incentivo a cada encontro;

Um agradecimento especial àquela a qual devo o início de uma vida escolar: a avó Nair, *in memorian*. Tenho certeza de que onde estiver está vibrando pelo nosso sucesso.

E a todos que diretamente ou indiretamente contribuíram e nos apoiaram para que aqui chegássemos o meu eterno:

Obrigada!!

FERREIRA, Franchys Marizethe Nascimento Santana. Características da Educação Superior Pública no Município de Aquidauana de 1998 a 2004. Campo Grande, 2006. 140p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

A pesquisa aqui desenvolvida teve como objetivo analisar as características da educação superior no município de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul compreendendo as políticas de implantação e expansão dos cursos de graduação, nas instituições públicas no período de 1998 a 2004. A investigação das histórias particulares de cada instituição passou pela compreensão de sua articulação com a análise da reforma do Estado e das políticas educacionais por ele geridas. Como procedimento metodológico, utilizou-se primeiramente levantamento bibliográfico, análise documental, fontes estatísticas do MEC/INEP e IBGE e aplicação de um questionário a todos os acadêmicos matriculados e freqüentes das primeiras séries dos cursos de graduação das duas instituições de educação superior públicas, localizadas no referido município: UFMS/CPAQ, com duas unidades e a UEMS. Os resultados revelaram que 64,50% dos acadêmicos são oriundos de outros municípios do próprio estado e também de outros estados brasileiros, e somente 35,50% são de Aquidauana. Existe predominância do setor público, onde os acadêmicos concluíram o ensino médio, com percentual de 67,84% e 32,16% do setor privado. A maioria dos alunos possui 17 a 24 anos o que corresponde a 73,53%, enquanto que 26,47% estão entre 25 a 50 anos. O aumento de matrículas na UFMS/CPAQ teve um percentual de 280% no período de 1996 a 2004 o que foi resultado da oferta de novos cursos implantados no referido período. Na UEMS não ocorreram grandes alterações, pois atualmente estão em funcionamento somente dois cursos: zootecnia e agronomia. Embora as reformas universitárias estejam incentivando a iniciativa privada, no município de Aquidauana, ao contrário de outros, a oferta é predominantemente nas instituições públicas, para onde o setor particular ainda não se expandiu.

Palavras-Chaves: Política de Educação Superior, Instituições Públicas; Cursos de Graduação.

FERREIRA, Franchys Marizethe Nascimento Santana. **Characteristics of the Public Superior Education in Aquidauana city from 1998 to 2004.** Campo Grande, 2006. p. Dissertation (Master's degree) Catholic University Dom Bosco.

ABSTRACT

The research here developed had as objective to analyzes the characteristics of the superior education in Aquidauana city, in Mato Grosso do Sul comprising the politics of implantation and expansion of the degree courses, in the public institutions in the period from 1998 to 2004. The investigation of the peculiar histories of each institution went by the perceiving of its articulation with the analysis of the reform of the State and of the education politics for its managed. As methodological procedure, was used bibliographical rising firstly, documental analysis, statistical sources of MEC/INEP and IBGE and application of a questionnaire to the all enrolled and frequent academics in the first series at the degree courses of the two public institutions of superior education, located in the referred city council: UFMS/CPAQ, with two unities and UEMS. The results revealed that 64,50% of the academics are originating from other city council in the same state and also from others Brazilian states, and only 35,50% are from Aquidauana. There is the predominance of the public sector, where the academics concluded the high School, with 67.84% and 32.16% of the private sector. Most of the students are 17 to 24 years which corresponds to 73, 53%, while 26.47% are among 25 to 50 years. The increase of registrations in UFMS/CPAQ had 280% in the period from 1996 to 2004 which was resulted from the offer to the new courses implanted in referred period. In UEMS great alterations did not take place, they have been operating only two courses: zootechny and agronomy. Although the academicals reforms are motivating the private initiative; in Aquidauana, unlike other, the offer is predominantly in the public institutions, where the private sector still did not expand.

Key- Word: Politics of Superior Education; Public Institutions; Graduation Courses.

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Evolução do Número de Instituições por Categoria Administrativa – Brasil 1997 – 2004.....	30
Quadro II- Número e Percentual de Instituições por Organização Acadêmica – Brasil - 2004.....	37
Quadro III – Municípios Atendidos pelos <i>campi</i> da UFMS e UEMS - 2004.....	43
Quadro IV – Número de Instituições de Educação Superior de Mato Grosso do Sul – 1977 – 2004	48
Quadro V – Instituições de Educação Superior do Estado de Mato Grosso do Sul – 2004 – Faculdades Integradas	49
Quadro VI – Instituições de Educação Superior do Estado de Mato Grosso do Sul – 2004 – Faculdades Isoladas	50
Quadro VII – Instituições de Educação Superior do Estado de Mato Grosso do Sul – 2004 – Instituto Superior ou Escola Superior	52
Quadro VIII – Instituições de Educação Superior do Estado de Mato Grosso do Sul – 2004 – Centro Universitário.....	53
Quadro IX- Número de Cursos Oferecidos pela UEMS – 2004	54
Quadro X - Número de Cursos Oferecidos pela UFMS – 2004	56
Quadro XI – Número de Alunos que Concluíram o Ensino Médio nas Escolas do Município de Aquidauana – MS	79
Quadro XII - Ingresso na Graduação Presencial por Faixa Etária – 2004	89
Quadro XIII – Matrículas na Educação Superior, por Sexo, Segundo Regiões – Brasil – 2004	91

Quadro XIV - Distribuição do Número de Vagas, Inscritos e Candidatos por Vaga nos Vestibulares 1998 – 2004 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus de Aquidauana – UFMS/CPAQ	94
Quadro XV – Ofertas de Vagas e Cursos de Graduação na UEMS 1996 – 2004	99
Quadro XVI – Matrículas nos Cursos de Graduação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus de Aquidauana – UFMS/CPAQ 1996-2004	101

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Mapa do estado de Mato Grosso do Sul	42
Figura II - Mapa do Município de Aquidauana – MS	61
Figura III - Mapa do Município de Aquidauana e Região	62
Figura IV - Foto da Unidade I do Campus de Aquidauana/CPAQ	74
Figura V - Foto da Unidade II do Campus de Aquidauana/CPAQ	75
Figura VI - Foto do Campus da UEMS de Aquidauana	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Escolarização Anterior (Ensino Médio) dos Acadêmicos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS e UFMS/CPAQ – 2004.....	81
Gráfico II – Origem dos Alunos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS e UFMS/CPAQ – 2004.....	84
Gráfico III – Idade dos Acadêmicos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS e UFMS/CPAQ – 2004.....	87
Gráfico IV - Sexo dos Acadêmicos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação Da UEMS e UFMS/CPAQ – 2004.....	91

LISTA DE SIGLAS

CCHS	- Centro de Ciências Humanas e Sociais
CEE	- Conselho Estadual de Educação
CEJAR	- Escola Estadual Coronel Alves Ribeiro
CEPA	- Centro de Educação Profissional de Aquidauana
CERA	- Centro de Educação Rural Aquidauanense
CESUP	- Centro de Ensino Superior Prof ^o Plínio Mendes dos Santos
CEUA	- Centro Universitário de Aquidauana
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CPAQ	- Campus de Aquidauana
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FADAFI	- Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEPPEs	- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior
ICBCG	- Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEAS	- Instituto de Educação Aquidauanense Superior
IES	- Instituto de Educação Superior
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação

PDI	- Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	- Plano Nacional de Educação
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
PT	- Partido dos Trabalhadores
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEMEC	- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UCDB	- Universidade Católica Dom Bosco
UEMS	- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEMT	- Universidade Estadual de Mato Grosso
UFMS	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	- Universidade Federal de Mato Grosso
UNAES	- Centro Universitário de Campo Grande
UNIDERP	- Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região Do Pantanal
UNIGRAN	- Centro Universitário de Dourados

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Modelo do Questionário Aplicado aos Acadêmicos UFMS/CPAQ e UEMS ..	118
Anexo II - Origem dos Alunos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UFMS/CPAQ – 2004	119
Anexo III - Alunos Oriundos de outros Estados Brasileiros UFMS/CPAQ – 2004	120
Anexo IV - Alunos Oriundos de Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPAQ – 2004	121
Anexo V – Origem dos Alunos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UFMS/CPAQ – 2004	122
Anexo VI – Números de Alunos Oriundos de Outros Estados Brasileiros – UEMS - 2004	123
Anexo VII - Origem dos Alunos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação nos Municípios de MS – UEMS – 2004	124
Anexo VIII - Origem dos Alunos nos Municípios de MS – UEMS – 2004	125
Anexo IX – Número dos Alunos Oriundos do Estado de Mato Grosso do Sul – UEMS – 2004	126
Anexo X – Origem dos Alunos dos Municípios de Mato Grosso do Sul – UEMS – 2004	127
Anexo XI – Números de Alunos Oriundos de Estados Brasileiros – UEMS – 2004	128
Anexo XII – Origem dos Alunos no Ensino Médio – UFMS/CPAQ – 2004	129
Anexo XIII – Escolarização Anterior (Ensino Médio) dos Alunos Matriculados na UFMS/CPAQ – 2004.....	130
Anexo XIV – Origem dos Alunos na Rede do Ensino Médio – UEMS – 2004.....	131

Anexo XV – Origem dos Alunos na Rede do Ensino Médio – UEMS – 2004.....	132
Anexo XVI – Idade Atual dos Alunos no Ingresso da Educação Superior – UFMS/ CPAQ – 2004	133
Anexo XVII – Idade Atual dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UFMS/CPAQ – 2004	134
Anexo XVIII – Idade Atual dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS – 2004	135
Anexo XIX – Idade Atual dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação Da UEMS – 2004	136
Anexo XX – Sexo dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UFMS/CPAQ – 2004	137
Anexo XXI – Sexo dos Acadêmicos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos De Graduação da UFMS/CPAQ – 2004.....	138
Anexo XXII - Sexo dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS – 2004.....	139
Anexo XXIII -- Sexo dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS – 2004.....	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DOS ANOS 1990 A 2004.....	21
1.1 Contexto de Educação Superior no Brasil pós – 1990	21
1.2 Processo de Implantação da Educação Superior Pública em Mato Grosso do Sul	38
1.3 Educação Superior em Mato Grosso do Sul pós LDB nº 9394/1996	46
CAPÍTULO II	
A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA E REGIÃO	60
2.1 Breve Histórico do Município de Aquidauana – MS	60
2.2 História da Criação da Universidade Estadual de Mato Grosso- UEMT e a Implantação do Campus de Aquidauana/CPAQ	66
2.3 Histórico da Implantação do Campus de Aquidauana/CPAQ	69
2.4 Implantação da UEMS no Município de Aquidauana	76
2.5 Características dos Alunos Matriculados na Educação Superior Pública, no Município de Aquidauana UFMS/CPAQ e UEMS	79
2.6 Oferta de Vagas e Cursos de Graduação no Município de Aquidauana: UFMS e UEMS	92
2.7 Ampliação de Matrículas nos Cursos de Graduação na Educação Superior Pública no Município de Aquidauana: UFMS/CPAQ	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	117

INTRODUÇÃO

Quem pesquisa procura descrever, compreender ou explicar alguma coisa. É uma das maneiras de que nos valem, em última análise, em qualquer campo de conhecimento, para solucionar problemas. Para responder a algumas incógnitas, segundo alguns critérios. Por tanto, o conhecimento obtido pela pesquisa é um conhecimento vinculado a critérios de escolha e interpretações de dados, qualquer que seja a natureza destes dados. (GATTI, 2002, p.10)

Iniciamos nosso trabalho com a epígrafe de Bernardete Angelina Gatti (2002) que apresenta as finalidades de uma pesquisa e como escolher nossos caminhos para chegarmos aos objetivos, por nós traçados, de forma a contribuir na construção de novos conhecimentos.

Esta pesquisa teve como objeto de estudo analisar as características da educação superior pública no município de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, no período de 1996 a 2004 . Procuramos compreender esse processo tomando como base de estudos empíricos as duas universidades públicas existentes no referido município: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus de Aquidauana – UFMS/CPAQ, com dois *campi* instalados, e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Nossa escolha pelo tema aqui apresentado ocorreu após ingressarmos no Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Educação, da Universidade Católica Dom

Bosco, e com a nossa participação no Grupo de Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior – GEPPEES, que possui projetos de pesquisa, individuais e coletivos, vinculados às políticas públicas de educação superior. Um desses projetos coletivos intitula-se “Processo de Expansão e Interiorização da Educação Superior em Mato Grosso do Sul – as marcas da mercantilização do ensino” no qual se insere nosso interesse e nosso objeto de pesquisa.

Outro aspecto determinante é o fato de atuarmos como docente na UFMS/CPAQ, nos cursos de licenciatura: pedagogia, história, geografia, matemática e ciências biológicas, nas disciplinas didático-pedagógicas. Nossa formação na área educacional sempre nos instigou a pesquisar os fatores que determinam nosso sistema de ensino. Portanto, a opção pela Linha de Pesquisa de Políticas Públicas Educacionais foi uma consequência de nossa atuação profissional e inquietações quanto aos rumos da educação no Brasil.

Nosso ponto de partida foi contextualizar as políticas educacionais nos anos 1990, especialmente as políticas de educação superior, no contexto dos governos neoliberais, sobretudo os períodos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Após cursarmos várias disciplinas fomos analisando e delimitando nosso objeto de pesquisa, pois verificamos, pelos temas abordados no Grupo de Pesquisa, que existia uma lacuna nos estudos de realidades específicas, no caso, o Município de Aquidauana, localizado no estado de Mato Grosso do Sul. Nosso ponto de partida foi o levantamento bibliográfico sobre as políticas educacionais para entendermos a atual conjuntura da política educacional superior no Brasil. Além disso, estudamos também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº9394/96 e o Plano Nacional de Educação (2001), especificamente no que se refere à política de educação superior.

Entendemos que o acesso à educação superior pública, depende, entre outras, da preparação que o aluno teve durante o ensino médio; nesse sentido é que realizamos um

levantamento, nesta dissertação, do perfil do aluno desse nível de ensino, por meio da aplicação de um questionário aos alunos matriculados nos primeiros semestres dos cursos de graduação da UEMS e da UFMS/CPAQ. Desse modo foi possível analisar a escolaridade anterior, isto é, se aqueles alunos vieram da escola pública ou de escola particular.

Os objetivos desta pesquisa consistiram em analisar as características da educação superior pública nas duas IES que atendem o município de Aquidauana investigando o seu processo de implantação e as características peculiares dos cursos de graduação ofertados, por meio da análise da oferta e expansão de cursos e matrículas.

Para uma melhor compreensão o texto apresenta inicialmente uma reflexão sobre a reforma do Estado para a educação superior e seus reflexos para a expansão/mercantilização desse nível de ensino no Brasil. Posteriormente apresentamos o perfil da educação superior no estado de Mato Grosso do Sul e, em seguida, apresentamos o processo de implantação das IES públicas no Município de Aquidauana, bem como os cursos oferecidos naquela localidade em relação ao estado de MS, utilizamos, também, dados que obtivemos durante a pesquisa, sobre o perfil do estudante que ingressa nas duas instituições : Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Com relação aos procedimentos metodológicos utilizamos como recursos primeiramente um levantamento bibliográfico sobre as políticas públicas para educação superior retratando o período dos anos 1990, até 2004, e, posteriormente elaboramos um questionário a ser aplicado aos acadêmicos das primeiras séries dos cursos de graduação da UFMS/CPAQ e UEMS. Os questionários foram aplicados após prévia autorização, aos alunos de 13 cursos de graduação da UFMS/CPAQ e dois da UEMS; os objetivos foram explicados aos alunos que colaboraram com suas respostas no ato da aplicação do

questionário. No total foram preenchidos 413 questionários pelos acadêmicos da UFMS/CPAQ e 97 na UEMS.

Utilizamos também de fontes documentais e de dados estatísticos fornecidos pelas Secretarias Acadêmicas das duas IES; além disso, foram necessários os dados dos Censos da Educação Superior do INEP/MEC.

Após tabulação e análise dos dados, estruturamos nossa dissertação em dois capítulos. No primeiro capítulo analisamos:

- A educação superior no Brasil dos anos 1990 até 2004;
- o processo de implantação da educação superior em Mato Grosso do Sul; apresentamos aqui os históricos das duas universidades públicas existentes no estado, com suas características peculiares;
- a educação superior em Mato Grosso do Sul pós LDB, Lei nº 9394/96;.

No segundo capítulo apresentamos e analisamos:

- histórico do município de Aquidauana: sua fundação e características;
- trajetória histórica da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT até a implantação do Campus de Aquidauana- CPAQ;
- histórico da implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS no município de Aquidauana;
- características dos alunos matriculados nas duas Instituições em seus aspectos de: origem, idade,, sexo, entre outros;
- oferta e ampliação de vagas, cursos e matrículas nas duas Instituições de educação superior públicas instaladas no município, por meio de tabelas que apresentam as características de expansão.

Nas considerações finais sintetizamos as análises realizadas ao longo desta pesquisa, procurando levantar os principais aspectos relacionados à educação superior no

município de Aquidauana, evidenciando a importância da educação superior como mecanismo de acesso, gratuito e de qualidade, a uma significativa parcela de jovens que desejam cursar esse nível de ensino.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DOS ANOS de 1990 a 2004

1.1 Contexto de Educação Superior no Brasil pós – 1990

[...] A escola pública concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas. Entendemos, por isso, que a educação deve ser universal, isto é, tem que ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas. Fundada no espírito de liberdade e no respeito da pessoa humana, procurará por todas as formas criar na escola as condições de uma disciplina consciente, despertar e fortalecer o amor à pátria, o sentimento democrático, a consciência de responsabilidade profissional e cívica, a amizade e a união entre os povos. A formação de homens harmoniosamente desenvolvidos que sejam de seu país e de seu tempo, capazes e empreendedores, aptos a servirem no campo que escolheram, das atividades humanas, será, um vasto plano de educação democrática, o cuidado comum, metódico e pertinaz da família, da escola e da sociedade, em todo conjunto de suas instituições. (GHIRALDELLI Jr. 2001, p.154)

Historicamente o anseio pela educação pública em todos os níveis de ensino sempre esteve presente nos debates e discussões promovidos para a tentativa de mudar os rumos da educação no Brasil.

O próprio objetivo da educação começou a ser discutido ao considerar o sentido polissêmico da educação, isto é, sua face reprodutora e sua face transformadora, salientando as contradições que abrem espaço para a inovação e superação dos modelos pedagógicos generalizantes. Assim sendo, olhar a instituição escolar como espaço sócio-cultural peculiar é pensar, dialeticamente, nas relações educacionais que ocorrem no interior das mesmas, da comunidade onde está inserida e sua relação mais ampla com a sociedade e os projetos didático-pedagógicos oriundos das políticas públicas governamentais.

As políticas educacionais implementadas no Brasil nos anos 1990, no que se refere a educação superior, devem ser compreendidas de que as mesmas são demarcadas por opções e interesses sóciopolíticos articulados às mudanças no cenário atual, que são resultados da preocupação com os fatos que determinaram o processo de reforma do Estado brasileiro.

Segundo Dourado (2001) esta idéia é resultado das alterações no campo das políticas públicas conforme estão em curso as propostas e projetos que representam a minimização do papel do Estado, marcada pela relação das esferas pública e privada, embora a primeira esteja em detrimento da segunda, principalmente devido ao fato de a mesma sendo tratada com descaso pelo governo federal. Assim, as políticas para educação superior nos anos 1990 devem ser analisadas e consideradas em seus desdobramentos efetivos no que se refere aos processos de diversificação e diferenciação institucional, expansão, interiorização e privatização desse nível de ensino.

No governo de Fernando Collor de Mello, eleito em 1991 com o discurso da necessidade de modernizar o país, foi dado início à reforma neoliberal sendo efetivamente implementada nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, (1994 – 1998; 1999-2002), e ampliada por Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, pois as reformas da educação superior, comandadas pelo Ministério da Educação, favoreceu a redução da esfera pública e ampliação da esfera privada de forma acentuada.

Podemos destacar como filosofia deste governo o modelo neoliberal que Bianchetti destaca,

Entre as teorias coincidentes com a filosofia neoliberal, identificamos a teoria do capital humano como a que, por sua perspectiva economicista, responde melhor aos princípios sustentados por essa tendência. Essa teoria incorpora em seus fundamentos a lógica do mercado e a função da escola se reduz à formação dos recursos humanos para a estrutura de produção. Nessa lógica, a articulação do sistema educativo com o sistema produtivo deve ser necessária. O primeiro deve atender responder de maneira direta à demanda do segundo. Desde modo o neoliberalismo, ao rejeitar a planificação social, deixa livre às leis da oferta e da demanda as características e orientação do sistema educativo. O mecanismo do mercado é auto-regulador, o que melhor equilibra as demandas surgidas do setor produtivo com a oferta proveniente das instituições educativas (BIANCHETTI, 2001, p.93).

Para o autor, os neoliberais acreditam que as políticas públicas sociais são ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista; esses desequilíbrios são considerados uns dos maiores entraves ao desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio. Uma vez mais, o livre mercado é apontado pelos neoliberais como o responsável pela grande diminuição de desigualdades das relações entre os indivíduos e as oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade.

Coerentes com estes postulados, os neoliberais não defendem a responsabilidade do Estado em relação ao oferecimento de educação pública a todo cidadão, em termos universalizantes, de maneira padronizada. Um sistema estatal de oferta de escolarização compromete, em última instância, as possibilidades de escolha por parte dos pais em relação à educação desejada para seus filhos. Estendendo a lógica do mercado para a análise do social, Friedman (1977) aponta que em escolarização, pais e filhos são os consumidores, e o mestre e o administrador da escola, os produtores do conhecimento. A centralização na escolaridade trouxe conseqüências maiores: redução da capacidade dos consumidores de escolher e aumento do poder dos produtores.

Para o autor, em um Estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais, incidem, essencialmente, em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua "capacidade e escolhas individuais", não participam do progresso social. Tais ações não têm o poder e freqüentemente, não se propõem a alterar as relações estabelecidas na sociedade. (FRIEDMAN, 1997)

Por outro lado, uma administração pública formada por uma concepção crítica de Estado que considere sua função atender a sociedade não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários os programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social. (FRIEDMAN, 1997)

No entanto, na perspectiva da política neoliberal que predomina na sociedade brasileira contemporânea, a mercantilização da educação e a sua concepção como mercadoria ou serviço, vem sendo enfatizada principalmente a partir dos anos 1990 impondo às políticas públicas oficiais e à legislação, um conjunto de princípios que se

baseiam no padrão de funcionamento do mercado capitalista: rentabilidade, flexibilidade, agilidade, produtividade, competitividade e eficiência.

Uma das justificativas da reforma da educação superior consiste no financiamento dos recursos destinados à manutenção desse nível de ensino, pois de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, é de responsabilidade da União aplicar no mínimo 18% na educação; os Estados e Municípios nunca devem aplicar menos de 25%. Segundo Sguissardi (1999), pesquisas realizadas apontam que o governo federal, nos últimos anos tem assumido uma política de redução de verbas para as Instituições Públicas de Ensino Superior o que tem contribuído para o crescimento do setor privado e acentuado a crise do setor público, principalmente com relação à sua manutenção física e à contratação de professores.

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, a crise da educação superior foi motivada pelo elitismo que marca a história da universidade brasileira e também pelo modelo de universidade de pesquisa que por ser oneroso torna-se insustentável pelo poder público. Sguissardi (2001) aponta ainda que a crise da educação superior pública seria causada pelos seguintes fatores: mau gerenciamento dos recursos públicos, questão salarial, plano de carreira dos docentes e técnico-administrativos, isonomia salarial entre ativos e aposentados, entre outros.

Em face dessas questões o governo federal implementou reformas com objetivo de reduzir a presença do Estado na área educacional, seguindo as recomendações do Banco Mundial que, explicitamente, defende o atendimento ao ensino básico, pelo Estado, deixando os demais níveis para a iniciativa privada.

Segundo o Banco Mundial, as quatro orientações básicas para promover as alterações necessárias são:

[...] a) fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas; b) proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados; c) redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior; d) adotar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad. (1995, p.4)

Entendemos que esta política incentivada a rede privada de ensino, chama a atenção para o custo-aluno nas instituições públicas, redefinindo as prioridades educacionais do governo federal com objetivo de promover uma educação de qualidade a todos os alunos da educação básica.

Segundo Dourado (2001) a atuação do Banco Mundial no âmbito das políticas educacionais, tem acentuado o papel deste organismo internacional como importante interlocutor da política macroeconômica, em sintonia com o Fundo Monetário Internacional – FMI que são importantes aliados dos governos neoliberais na redefinição da função do Estado no Brasil, que adotam as diretrizes emanadas de seus documentos norteadores para as políticas sociais.

Para Catani e Oliveira (2000) o Banco Mundial é o principal responsável pela reestruturação dos sistemas de políticas de educação superior e reformas nos países da América Latina, incluindo o Brasil. De acordo com os autores o Banco elaborou um dos documentos mais importantes no contexto dessas mudanças, uma vez que tem como objetivo diagnosticar a crise atual e definir políticas e estratégias para implementação das reformas nesse nível de ensino. No documento, *La enseñanza superior*, é salientado como um dos aspectos mais significativos da crise atual a realidade fiscal da diminuição dos recursos públicos, que impede a conservação e a melhoria da qualidade do ensino superior, bem como sua expansão. De acordo com Soares,

Nos anos 80, a eclosão da crise de endividamento abriu espaço para uma ampla transformação do papel até então desempenhado pelo Banco Mundial e pelo conjunto dos organismos multilaterais de financiamento (...). De um Banco de Desenvolvimento, indutor de investimentos, o Banco Mundial tornou-se o guardião dos interesses dos grandes credores internacionais, responsável por assegurar o pagamento da dívida externa e por empreender a reestruturação e abertura dessas economias, adequando-as aos novos requisitos do capital globalizado. (SOARES, 1996, p. 20)

Assim, é essencial destacarmos, de forma resumida, as recomendações do Banco Mundial para a educação superior contidas no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), cujas prescrições são claras no sentido de:

- 1) privatização deste nível de ensino, sobretudo em países como o Brasil, que não conseguiram estabelecer políticas de expansão das oportunidades educacionais pautadas pela garantia de acesso e equidade ao ensino fundamental, bem como, pela garantia de um padrão de qualidade;
- 2) estímulo à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais que permitam alterações e arranjos jurídico-institucionais, visando a busca de novas fontes de recursos na iniciativa privada sob o argumento da necessária diversificação das fontes de recursos;
- 3) aplicação de recursos públicos nas instituições privadas;
- 4) eliminação de gastos com políticas compensatórias (moradia, alimentação) ;
- 5) diversificação do ensino superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não universitárias; entre outras. (BANCO MUNDIAL, 1995)

Desse modo as políticas públicas são reorganizadas por meio da reforma do Estado com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9394/1996 e do Plano Nacional de Educação aprovado de 1998 pela Lei nº10.172, de 09 de janeiro de 2001 como fatores decisivos para as novas mudanças na área educacional.

Dourado (2001) destaca que o texto elaborado para a LDB tinha como meta apresentar uma referência básica para a educação nacional, na qual o Estado assume papel

destacado no controle e na gestão das políticas educacionais e nos Artigos 43 - 57 o ensino superior é planejado tendo por finalidade:

[...] a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. Abrange “todas” as áreas, incentiva pesquisa, promoção e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos. Enfatiza o ensino, a pesquisa e a extensão. Versa sobre a graduação aberta aos candidatos que concluíram o ensino médio e pós-graduação para pessoas diplomadas em cursos de graduação. Os cursos superiores terão que ser autorizados para começar a funcionar, exceto os criados pelas universidades, e todos são avaliados periodicamente e supervisionados constantemente. O ano letivo tem, também como os outros graus, 200 dias de trabalho escolar. A pós-graduação compreende programas de mestrado, doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros conforme as normas. A lei prevê educação à distância e os títulos conferidos pelas instituições particulares tem valor nacional em igualdade com os títulos emitidos pelas instituições públicas[...]. (FRANCISCO FILHO, 2001, p.142-143)

O autor ainda ressalta que a lei prevê a validação de diplomas emitidos por instituições estrangeiras pelas universidades públicas, que possuam o mesmo nível em área equivalente ao curso concluído. O ingresso na educação superior pode ser realizado por seleção, tornando o vestibular facultativo; determina-se, também, que pelo menos um terço dos docentes deve possuir o título de mestre ou doutor e o mesmo percentual deve ainda ter dedicação exclusiva na instituição onde presta serviço. Outro ponto importante é a autonomia das universidades em elaborar o próprio estatuto, observando e respeitando as normas legais.

A LDB estabeleceu, nas disposições transitórias, em seu Artigo 87 §1º, que a União deveria, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional proposta de Plano Nacional de Educação – PNE , determinando diretrizes e metas para a *Década da Educação* (1996-2006).

No PNE o governo reconhecia a necessidade de expansão da educação superior, mas defendia que a mesma deveria ser feita com a racionalização dos gastos e diversificação dos sistemas, além da contribuição das instituições privadas. Uma das metas

a serem atingidas no período de dez anos seria ampliar o atendimento da população na faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior, sugerindo que o setor público tenha uma expansão de vagas que mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total.

Com este Plano a expansão dependeria: a) de uma racionalização no uso dos recursos que diminuísse gasto por aluno nos estabelecimentos públicos; b) da criação de estabelecimentos voltados mais para o ensino que para a pesquisa; c) da ampliação do ensino superior e do estabelecimento de parcerias entre União, Estados e instituições comunitárias para ampliar as vagas existentes.

Uma das preocupações diagnosticadas no Plano (2001) é o grande número de alunos que concluíram o ensino médio e não possuem à sua disposição um número de vagas que atenda a demanda. Com isto a necessidade de ampliação de vagas é essencial.

Devido a distribuição desigual de vagas por região no país e que a mesma é resultado da concentração de matrículas em instituições particulares nas regiões mais desenvolvidas, para minimizar esta diferença é proposta a ampliação da oferta de ensino público superior na mesma proporção atual por meio de parcerias com governos estaduais. Propõem, ainda, metas que deverão contribuir para a expansão desse nível de ensino devendo ocorrer através da diversificação do sistema de ensino superior possibilitando a valorização de estabelecimentos não universitários, oferta de cursos sequenciais, cursos modulares e programas de educação à distância que permitam maior flexibilidade na formação com a oferta de certificados, concessão de crédito com recursos públicos associados a contrapartidas oferecidas pelas instituições beneficiadas.

Observamos a seguir o número de expansão das IES após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/1996.

Quadro I
Evolução do Número de Instituições por Categoria Administrativa – Brasil
1997 - 2004

ANO	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
1997	211	689	900
1998	209	764	973
1999	192	905	1.097
2000	176	1.004	1.180
2001	183	1.208	1.391
2002	195	1.442	1.637
2003	207	1.652	1.859
2004	244	1.789	2.013

Fonte: MEC/INEP/2004. (Acessado em 30/10/2005)

A comparação dos dados de 1997 com os de 2004 mostram que a educação superior no Brasil continua em processo de expansão, totalizando um aumento de 123,66%. Esse crescimento foi quase que exclusivamente, do setor privado, que representou 1.100 novas instituições. No setor público surgiram apenas 33 novas instituições nestes 8 anos, embora tenha ocorrido alguns decréscimos ao longo do tempo, como aconteceu após o ano de 1988, onde tínhamos 209 e só conseguimos ultrapassar este total no ano de 2004.

O crescimento marcante e acelerado, no respectivo período, foi das instituições privadas que nos últimos anos, foram sendo constantemente ampliadas Segundo informações do Censo de Educação Superior realizado pelo MEC/INEP/2003; dados do World Education Indicators, coloca o sistema de educação superior brasileiro entre os mais privatizados do mundo, perdendo , apenas para alguns países. (www.mec/inep, 2003)

Quando analisamos os dados oficiais oferecidos pelo MEC/INEP (2004), observamos que existe a predominância do setor privado, tanto pelo número de alunos atendidos como em relação ao número de instituições. Assim, caso implantem as metas definidas no Plano Nacional de Educação o resultado será a expansão cada vez maior do setor privado, acarretando na exclusão da maioria da população à educação superior, principalmente, no setor público. No mesmo ano foram oferecidas 2.320.421 vagas pelo sistema de educação superior, 317.688 a mais que no ano anterior (aumento de 15,8%). Inscreveram-se para disputar as referidas vagas 5.053.922 candidatos, 152.487 a mais que 2003, representando um acréscimo de 3,1% na demanda por vagas. Efetivamente, ingressaram na educação superior 1.303.110 novos alunos, totalizando um total de 4.163.733 matrículas.

Verificamos que no período do governo Fernando Henrique Cardoso, de acordo com o Censo da Educação Superior declarados pelo MEC/INEP (2001) ocorreu um crescimento nas matrículas na ordem de 43,15% em todo país. Tal crescimento não cobriu 50% da demanda, pois no ano de 1999, 1,5 milhão de alunos estava concluindo o ensino médio e as IES públicas e privadas ofereceram apenas 776 mil vagas, conforme dados extraídos da referida fonte acima citada.

Constatamos que a política educacional de FHC para a educação superior incentivou a excessiva ampliação da oferta de vagas em instituições privadas, com o intuito de reduzir gastos de verbas federais com este nível de ensino. Este posicionamento teve como resultado o sucateamento das universidades públicas federais, colocando em risco o seu caráter público e democrático comprometendo a qualidade do ensino na rede pública de ensino, principalmente na graduação, ameaçando a extinção da extensão e comprometendo a pesquisa; fatores esses essenciais para uma boa qualidade e crescimento das instituições públicas.

Segundo Saviani (2000), resultante de uma política pública que permite e incentiva a expansão do setor privado a concorrência no mercado trouxe para algumas escolas uma mudança nas suas relações, transformando quem ensina num prestador de serviço, quem aprende no cliente, e a educação num produto a ser produzido com alta ou baixa qualidade. Além das mudanças nas relações escolares essa lógica de mercado agravou a desigualdade na educação, pois seguindo a regra do mercado a conquista da qualidade requer recursos, o que inviabiliza a concorrência da educação pública no mercado e reforça o discurso privatista de entregar a educação às escolas particulares pelo sistema de subvenção.

Nos anos de 1990, denominados de “Década da Educação”, que representou o aprofundamento das políticas neoliberais em resposta aos problemas discutidos pela crise do desenvolvimento capitalista, a escola teve um importante papel. Pois a educação e a formação de professores ganham, nessa década, importância estratégica para a realização das reformas educativas, pois em 1995, após assumir a presidência, o então presidente Fernando Henrique Cardoso divulgou os “5 pontos” de seu governo para a melhoria do ensino público: a distribuição das verbas federais diretamente para as escolas; criação do Sistema Nacional de Educação a Distância, com a instalação de aparelhos de TV em cada escola, com o objetivo de preparar melhor os professores para que sejam capazes de ensinar melhor; melhorar a qualidade dos livros didáticos distribuídos gratuitamente aos alunos do ensino fundamental; reformular o currículo para melhorar os conteúdos de ensino, com a implantação de matérias obrigatórias em todo território nacional e a avaliação das escolas por meio de testes, premiando aquelas com destaque em melhor desempenho.

O governo Fernando Henrique Cardoso, segundo Vieira (1995) proporciona uma descentralização e democratização que visam a ampliação do setor privado, que deve

atender a demanda que está fora do sistema público. Isso garantiu menor investimento na expansão da educação superior pública e teve como consequência o crescimento desenfreado de instituições privadas.

Percebemos que a iniciativa privada através da mídia divulga a "incompetência administrativa do Estado", e divulga a excelência do setor privado. Podemos citar como exemplo a excessiva propaganda dos números de alunos oriundos de instituições privadas do ensino médio que são aprovados nos vestibulares de todo país. O setor privado inclui na lógica neoliberal a administração do ensino, estabelecendo como alternativa o recebimento de subsídios governamentais para seus empreendimentos. Os mecanismos pelos quais os empresários do ensino conseguiram o apoio governamental foram: imunidade fiscal, garantia de pagamento das mensalidades pelos alunos, bolsas de estudo, e até mesmo pela inibição de iniciativas governamentais de criação ou ampliação de escolas para disporem de uma espécie de reserva de mercado educacional (CUNHA, 1991).

O autor ressalta que o desdobramento dessa política governamental atingiu diretamente o curso Normal Superior, medida promulgada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no final do ano de 1999, de acordo com o Decreto nº3.276, de 6 de dezembro de 1999, que trata entre outros fatores sobre a formação em nível superior de professores para atuarem na formação da educação básica. O referido curso separa a formação do especialista em educação da formação do docente para atuar na educação infantil e ensino fundamental. Desde aquele ano os Institutos Superiores de Educação e Cursos Normais Superiores, obedecem a balizadores postos pela política educacional, em cumprimento às determinações dos organismos financiadores internacionais. Caracterizados como instituições de caráter técnico-profissionalizante os Institutos têm como objetivo principal a formação de professores com ênfase no caráter técnico

instrumental, com competências determinadas para solucionar problemas da prática cotidiana.

Os objetivos da criação e expansão desses novos espaços de formação fazem parte da estratégia da segunda etapa da reforma educacional em nosso país: a reforma no campo da formação de professores, tendo como metas primeiramente dar forma e conteúdo à proposta dos Institutos Superiores de Educação aprovada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE em setembro de 1999 (Parecer CNE/CES nº115/99) e, em segundo, retirar das faculdades de educação, do curso de pedagogia, a formação de professores com habilitação para as séries iniciais do ensino fundamental e da educação infantil.

Segundo dados do MEC/INEP desde o ano de 1998 em consequência ao elevado número de novas IES, têm aumentado significativamente o número de cursos nas áreas com maior demanda. A área da educação: cursos de pedagogia e algumas licenciaturas como letras e matemática – é a área de maior crescimento, perdendo apenas para o cursos de administração. Mesmo com as polêmicas que envolvem o curso de pedagogia, é grande a demanda pela criação de novas turmas e somente no ano de 2000 foram autorizados 142 novos cursos da referida área nos diferentes estados. Assim, observou-se uma expansão desordenada e com a qualidade comprometida de cursos e instituições de ensino superior para a formação de professores.

As novas instituições criadas encontraram dificuldades na manutenção de seus cursos de formação de professores exclusivamente como curso normal superior. Por este motivo vários projetos pedagógicos de cursos de pedagogia em IES isoladas incorporaram outras habilitações no interior desses cursos de pedagogia, como: tecnologia educacional, pedagogia empresarial, entre outras, fato que pode ter como consequência uma fragmentação ainda maior desses cursos.

Embora a Constituição aprovada em 1988 não tenha incorporado as propostas elaboradas pelas comissões, os seus Artigos 205 a 214 estabeleceram os rumos para a educação, o Artigo 209 define que “o ensino é livre à iniciativa privada”. Com isso, fica evidente o favorecimento à privatização da educação com o objetivo de reduzir o papel do Estado nos custos e investimentos para a educação.

Segundo dados divulgados pelo MEC/INEP (1995 - 2004) o número de instituições privadas de ensino superior, que aumentou 111% nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, continuou crescendo mais do que a rede pública no atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Do ano de 2002 a 2004, o número de instituições privadas cresceu 25%, ou seja, o dobro dos 12% da rede pública, embora o crescimento das instituições privadas tenha sido menor nos dois primeiros anos de gestão do governo atual em relação aos dois últimos anos de governo de FHC.

A ampliação do ensino privado no Brasil está ajudando o governo a alcançar a meta do Plano Nacional de Educação, que foi incorporado ao programa de governo do PT, de garantir que até o final da década (2006), pelo menos 30% dos jovens de 18 a 24 anos estejam inseridos na educação superior. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, demonstram que o índice de acadêmicos matriculados no ano de 2002 nesta faixa etária era de 9,8%. Por outro lado a ampliação do setor privado pode dificultar o cumprimento de outra meta do Plano Nacional de Educação, que também está incorporada ao plano de governo do PT de que 40% dos alunos universitários estejam inseridos no setor público, não obstante o fato de que esta meta poderá ter também a colaboração dos números com o Programa Universidade para Todos – PROUNI¹, onde os alunos que possuem baixa renda podem cursar o ensino superior em instituições privadas,

¹ Projeto de Lei nº 3.582/2004 que dispõe sobre o Projeto Universidade para Todos (PROUNI). Após resistência de diversos setores sociais, como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, esse Projeto foi convertido em Medida Provisória (MP nº 213/2004), pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva.

onde o governo oferece bolsas, dano em contrapartida à essas instituições isenções de impostos.

Outro objetivo extremamente importante a ser alcançado é “estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existente entre as diferentes regiões do País” (DIDONET, 2000, p.96).

Segundo Schwartzman o futuro da educação superior no país destaca-se pelos seguintes fatores,

A discussão sobre as perspectivas futuras do ensino superior brasileiro, a partir de seus condicionantes atuais, (...) pode ser concentrada no exame de duas questões centrais, a possibilidade de transformar a estratificação que hoje existe em uma diferenciação real, e a traduzir o corporativismo que hoje paralisa o sistema em formas autênticas e adequadas de autonomia. Estas duas questões dependem de uma terceira, que é a da eventual tendência à substituição da lógica do controle institucional e formal, que até hoje predominou, por mecanismo semelhantes ao de mercado. Estas questões estarão condicionadas à expansão que o ensino superior deverá ter, e que, ainda que não repita as altas taxas de crescimento das décadas anteriores, devida à incorporação do contingente feminino e dos estudantes noturnos, deverá sem dúvida reagir de forma vigorosa ao represamento ocorrido nos últimos 10 anos. As universidades públicas não aumentam suas vagas há muitos anos, e a pressão que existe hoje sobre os gastos governamentais não permitirá que elas se expandam no futuro próximo, a não ser pela melhor utilização dos recursos de que já dispõem. O sistema privado, enquanto isto, tem aumentado de tamanho aos saltos, ao sabor das políticas mais ou menos liberais das autoridades federais, e também dos efeitos dos ciclos econômicos. Existem a todo o tempo várias centenas de pedidos de autorização de abertura de novos cursos privados retidos junto ao Ministério da Educação à espera de definições de uma política de expansão. (SCHWARTZMAN, 1994, p.18)

A educação superior no Brasil na medida em que vai se reestruturando, está rompendo com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, possibilitando um crescente processo expansionista, determinado por políticas indutoras de diversificação institucional, pautados na privatização deste nível de ensino. Podemos analisar a atual situação do nosso país pelos dados do Censo da Educação Superior, MEC/INEP (2004).

Quadro II

Número e Percentual de Instituições por Organização Acadêmica – Brasil – 2004

Instituições	Número	%
Universidades	169	8,4%
Centros Universitários	107	5,3%
Faculdades Integradas	119	5,9%
Faculdades, Escolas e Institutos	1.474	73,2%
Centros de Educação Tecnológica	144	7,2%
Total	2.013	100%

Fonte: MEC/INEP/2004. (Acessado em 17/01/2006)

Constatamos pelos dados do MEC/INEP (2004) que a predominância das IES estão concentradas, em sua maioria nas faculdades, escolas e institutos. Esta predominância pode ser influenciada pelo custo mais baixo, uma vez que as mesmas não têm a obrigatoriedade de realizar pesquisas, o que também encarece a manutenção das instituições.

De acordo com o Censo, existem no Brasil, 18.644 cursos de graduação presenciais incluídos os bacharelados, as licenciaturas e os cursos de formação tecnológica. sendo que 12.360 estão nas instituições privadas e 6.284 nas públicas. O que pode justificar o grande número do sistema privado, uma vez que as mesmas estão em maior número, principalmente no interior dos estados.

Os dados do Censo evidenciam, ainda, que no ano de 2004 foram oferecidas 2.320.421 vagas pelo sistema de educação superior, ou seja, 371.688 a mais que no ano de 2003, que representaram um aumento de 15,8%; para disputar estas vagas, inscreveram-se, em 2004, 5.053.922 candidatos, 152.487 a mais que no ano anterior.

(www.mec/inep//2004). Tal crescimento teve como estímulo as políticas de expansão da educação superior, conduzidas pelas políticas oficiais, tendo se fortalecido com predominância do setor privado por meio de criação de novas IES e criação de novos cursos com formatos organizativos de baixo custo.

Constatamos que o ritmo de crescimento no número de instituições de educação superior privadas está diminuindo, pois desde 2001, ocorreu um decréscimo de 20,3% ao ano para 8,3% em 2004. No mesmo período, o número de instituições públicas também cresceu menos, mas a partir de 2003 estabilizou-se em 11,1% ao ano. (www.mec/inep//2004)

Devemos destacar que o grande número de instituições de educação superior estão concentradas no interior dos estados da federação brasileira ,inclusive em Mato Grosso do Sul.

1.2 Processo de Implantação da Educação Superior Pública em Mato Grosso do Sul

Bittar (2002) afirma que os responsáveis pela implantação da educação superior no antigo estado de Mato Grosso foram os padres salesianos. As primeiras tentativas ocorreram em meados de 1950, mas concretizou-se somente em 1961, quando foi autorizada pelos órgãos competentes a criação dos primeiros cursos que foram Pedagogia e Letras, na primeira instituição de ensino superior: Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras - FADAFI. Sua instalação ocorreu no ano seguinte na cidade de Campo Grande, como instituição privada.

A autora ressalta que a população ansiava por uma faculdade pública. Mas, em 1964 o Ministério da Educação autorizou a criação de uma Universidade em Mato Grosso,

o que gerou uma disputa entre o norte e o sul do referido estado para a instalação da mesma, pois era evidente o desenvolvimento que seria gerado onde a instituição fosse instalada. A cidade de Campo Grande na época já era considerada como capital do ensino do atual estado, pois possuía 450 acadêmicos, a maioria oriunda da Faculdade Salesiana.

Bittar e Dal Moro destacam que, na verdade,

Prevaleceu o respeito do governo federal, militar, pela hierarquia, e Cuiabá ficou sede da UFMT, em fins de 1969. Contudo, o governador Pedro Pedrossian, que era sulista, criou imediatamente a Universidade Estadual de Mato Grosso (atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), em janeiro de 1970, fato que incentivou as lutas pró-divisão. Na época da assinatura da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, pelo General Presidente Ernesto Geisel, criando o estado de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal de Mato Grosso era o único campus universitário presente na região sul de Mato Grosso. Com a divisão de Mato Grosso, a necessidade de se consolidar um sistema de ensino superior em Mato Grosso do Sul tornou-se premente (BITTAR; DAL MORO, 2003, p.149).

Os autores ressaltam que com o golpe militar de 1964 a educação do país, assim como outros setores, passaram a vivenciar um período de extremo autoritarismo, quando os direitos democráticos foram suprimidos em nome da manutenção da liberdade. Os militares acreditavam que o Brasil estava sofrendo influências comunistas, que representavam ameaça à soberania e à democracia, o que serviu de argumento para intervir na sociedade com autoritarismo, com o objetivo de reprimir todos os que estivessem contra o regime imposto. Os autores destacam que no bojo dessa política autoritária, os militares, determinaram o local da instalação da primeira instituição superior pública do estado: a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, com sede em Cuiabá, implantada no ano de 1969, pois acreditavam que no sul do estado havia comunistas.

Mas o governador Pedro Pedrossian criou a Universidade Estadual, implantada no sul do estado, que teve seus primeiros cursos voltados a formação na área da

saúde, que atendeu, principalmente, os filhos da elite que antes precisavam se deslocar para outros estados para se formarem no ensino superior. Após a divisão do estado passou a ser denominada Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. (ROSA, 1993)

Os militares tinham como objetivo controlar a educação no país, inclusive o ensino superior, pois,

[...] os anseios dos grupos militar e industrial eram de transformar as instituições de ensino superior no Brasil em locais onde fosse possível, não formar apenas mentes para governar o país, mas principalmente, tornar a educação meio de formar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho: concebido como capital, a educação era vista como investimento [...] (FÁVERO,1991,p.16).

Assim, tem início o estímulo à expansão da universidade privada para atender a demanda que ansiava por qualificação. E os militares tinham por meta implantar a educação superior em todos os estados brasileiros.

Bittar (1997) destaca que em maio de 1977, o presidente Geisel anunciou um projeto para a divisão do estado de Mato Grosso, com a finalidade de desenvolver a região sul, com argumentos como: antecedentes históricos, a construção de forte identidade sócio-territorial do povo da região, fatores administrativos, econômicos, políticos, sociais e culturais.

Aos antecedentes históricos inclui o movimento emancipacionista e divisionista, justificado pela identidade sócio-territorial do povo da região, em contraste com as demais áreas do estado. Administrativamente, as grandes distâncias dentro de uma mesma unidade federada impossibilitam as ações públicas estaduais, tendo com resultado a dificuldade de implantação e gerenciamento de políticas que visem a interiorização do desenvolvimento do estado.

A possibilidade da presença, mais próxima, de um governo do novo estado, possibilitaria uma maior racionalidade para a administração pública, e também uma melhor qualidade de vida para as populações interioranas.

Para Bittar (1997) esta divisão expressaria maior democratização das forças regionais, pois implicaria no aumento de representatividade política dando maior peso aos interesses regionais com representantes no Senado e Câmara Federal.

Segundo Rosa (1993) no dia 11 de outubro de 1977 o presidente da República, General Ernesto Geisel, assinou a Lei complementar nº 31 que criou o estado de Mato Grosso do Sul, desmembrando o sul do território de Mato Grosso. Naquela data encerrava-se o movimento de idéias separatistas, iniciado há mais de 100 anos. Em 3 de janeiro do ano de 1979, tomou posse o primeiro governador do estado, Harry Amorim Costa.

O autor ressalta que após a divisão, do antigo estado de Mato Grosso em: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em comum aos dois estados ficaram três lembranças: o Pantanal dividido em duas partes, o nome das duas gentes e dos dois estados e a História que nunca será dividida.

Os limites dos dois estados foram definidos por estudos do governo federal por meio através da Lei Complementar nº31, de 1977 de modo que o norte ficasse com 38 municípios e o sul com 55, a divisão respeitou os limites naturais dos municípios. O Pantanal ficou dividido entre os dois estados, tomando os limites dos municípios de Barão de Melgaço, Poconé e Corumbá.

Segundo o autor, o desmembramento do estado possibilitou ao sul evidentes vantagens, pois já possuía o importante pólo econômico de Campo Grande, acompanhado por Corumbá e Dourados, dispendo ainda de localização privilegiada, com interação aos corredores de exportação para as cidades de São Paulo e Paraná.

O Estado de Mato Grosso do Sul ficou com uma extensão territorial de 357.139, Km².

Figura I

Mapa do estado de Mato Grosso do Sul - 2005



FONTE: www.icepo.com.br/2005.

Para Rocha (2004) após a divisão do estado nasce a necessidade de fortalecer o ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul que se retrata na expansão quantitativa de cursos, faculdades isoladas e integradas em várias regiões do atual estado.

Segundo dados do Censo da Educação Superior MEC/INEP/2004 temos em Mato Grosso do Sul 43 Instituições de Ensino Superior, sendo quatro Universidades e, destas, somente duas do setor público: a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, responsáveis pelo atendimento em vários municípios de Mato Grosso do Sul.

Quadro III

Municípios Atendidos pelos *campi* da UFMS e UEMS – 2004

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Aquidauana	Amambai
Campo Grande	Aquidauana
Corumbá	Campo Grande
Coxim	Cassilândia
Dourados	Coxim
Paranaíba	Dourados
Três Lagoas	Glória de Dourados
	Ivinhema
	Jardim
	Maracaju
	Mundo Novo
	Naviraí
	Nova Andradina
	Paranaíba
	Ponta Porã
	Três Lagoas

Fonte: www.ufms.br; www.uems.br/2004. (Acessado em 08/10/2005)

Constatamos que somente 10,71% dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul são beneficiados pela oferta de duas instituições de educação superior pública: Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Paranaíba e Três Lagoas.

Segundo Rosa (1993) a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS teve sua origem em 1962, quando foram criadas as Faculdades de Farmácia e Odontologia na cidade de Campo Grande, consideradas como o embrião do ensino superior público do então Estado de Mato Grosso. No ano de 1966 foi instalado o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande – ICBCG que absorveu os respectivos cursos, instituiu departamentos e criou o curso de Medicina, aspirado por toda comunidade, inclusive pela Associação Médica, que visava a formação de futuros médicos na própria região, pois até então, todos cursavam o respectivo curso nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Por meio da Lei nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, o governo federal criou a

Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT, com o objetivo de integrar os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas. Para sua sede foi escolhida a atual capital de Mato Grosso, Cuiabá. Porém, o então governador do estado, Pedro Pedrossian, que tinha sua origem sulista, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT, que após a divisão de 1977, transformou-se na atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Em 1970 foram criados os Centros Pedagógicos nos municípios de Dourados e Aquidauana.

Após a divisão do estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei nº 6.674 de 05 de julho de 1979.

Este período foi favorável à expansão da universidade, com abertura de novos cursos que atendessem as necessidades locais. Pois na cidade de Dourados houve a implantação do curso de Agronomia e cursos de formação de professores. Em 1980 os *campi* já contavam com alguns mestres e doutores o que possibilitou a qualificação com qualidade.

Em 1977 o governo criou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia. Em Três Lagoas foi criado o Instituto de Ciências Humanas e o curso de Letras, atendendo a algumas regiões do sul do estado

A UFMS, atendendo as exigências da LDB, nº 9394/1996, implantou em 1999 dois cursos de Pedagogia dentro do Programa Interinstitucional de Formação de Professores em Serviço, sendo um no campus de Campo Grande/CCHS e outro no campus de Aquidauana/CPAQ.

Tem como objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e extensão. Também participa ativamente de projetos voltados à

preservação dos recursos naturais do meio ambiente do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente da fauna e flora do Pantanal.

Segundo do histórico da referida instituição, “seus principais objetivos era desenhar um novo cenário educacional no estado, considerando os problemas que o mesmo possuía em relação ao ensino fundamental e médio, principalmente em relação à formação do seu corpo docente”. Sentia-se a necessidade de criar universidade que fosse até onde estava a demanda, devido as grandes distâncias e dificuldades de deslocamento dos alunos. Assim, foi elaborada uma proposta de Universidade que tivesse como objetivo o compromisso com as necessidades regionais, reduzindo as diferenças sociais e disparidades do saber, construindo uma instituição que irradiasse o conhecimento científico, cultural, tecnológico e político, mudando o cenário da qualidade da educação básica do Estado. (www.uems.com.br/história)

Possui como princípios norteadores o conhecimento e desenvolvimento do homem e do meio num processo de integração e participação permanente.

É importante destacarmos que a população de Mato Grosso do Sul vem crescendo significativamente desde a divisão do estado de Mato Grosso, o que resulta na demanda de novos empreendimentos e ampliação de serviços de infra-estrutura e de atendimento às políticas básicas.

Segundo dados do IBGE (2000) no último Censo Demográfico realizado o número total da população do Estado de Mato Grosso do Sul, era de 2.078.001, sendo 1.040.024 homens e 1.037.977 mulheres, sendo que mais de 1/3 residiam na capital: Campo Grande. Os dados evidenciam ainda que 281.723 eram jovens que estavam na faixa etária entre 18 e 24 anos. O que comprova a insuficiência de vagas nas IES para atender esta demanda, pois segundos dados do Censo da Educação Superior MEC/INEP (2000)

existiram somente 28.689 matrículas neste nível de ensino, no respectivo ano. O que comprova que 153.034 jovens ficaram fora da educação superior no respectivo período.

1.3 Educação Superior em Mato Grosso do Sul pós LDB, Lei nº9394/1996

O estado de Mato Grosso do Sul possui 77 municípios e as sedes das instituições de educação superior estão situadas em: Dourados, Campo Grande, Chapadão do Sul, Fátima do Sul, Nova Andradina, Amambaí, Naviraí, Ponta Porã, Costa Rica, Aquidauana, Bonito, Corumbá, Selvíria, Ribas do Rio Pardo, Cassilândia, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso e Três Lagoas, o que representa 32,14% do total.

A LDB - Lei nº 9394/1996, após sua aprovação, admite uma variedade de tipos de instituições de educação superior: Centros Universitários, que se caracterizam por atuarem em uma ou mais áreas do conhecimento, com autonomia para abrir e fechar cursos e vagas de graduação e ensino de excelência; Faculdades Integradas, que reúnem faculdades de diferentes áreas do conhecimento; Institutos ou Escolas Superiores que atuam em áreas específicas do conhecimento, mas dependem do Conselho Nacional de Educação para criação de novos cursos e as Universidades que se caracterizam por terem autonomias: em criar cursos, didática, administrativa e financeira, por desenvolver ensino, pesquisa e extensão.

A educação superior, de acordo com a LDB tem os seguintes objetivos:

- I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III – Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação

e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição (LBD – N°9394/96).

A referida Lei, decretada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi considerada um marco na expansão da educação superior em todo país, assumindo o interesse pelo setor privado.

Com a implantação do Plano Nacional de Educação, de 2001, o governo enfatizou a indissociabilidade do ensino pesquisa e extensão, que já vinham se consolidando no país e também a implantação de novas modalidades como educação a distância e educação profissional, o que resultou na abertura de novos cursos e na proliferação de novas instituições privadas.

Muitos são os desafios a serem vencidos para uma real democratização da educação superior em todo país, inclusive em Mato Grosso do Sul. O Brasil possui uma das taxas mais baixas de escolarização superior da América Latina: cerca de 9% da população de 18 a 24 anos, conforme dados do MEC/INEP (2004). O processo seletivo do sistema público de ensino superior tende a excluir os estudantes das camadas sociais menos favorecidas, isto significa que esse sistema gratuito atende, em geral, aos estudantes oriundos das elites privilegiadas.

Outro fator refere-se aos cursos implantados no sistema de educação superior, especialmente o público, pois estão mais concentrados na região centro-sul-sudeste, em

detrimento de outras mais necessitadas. A qualidade do ensino superior brasileiro e, sobretudo a sua relevância para o mercado de trabalho tem sido objetos de discussões, ficando a imagem, para a sociedade, de que o ensino superior não está atendendo satisfatoriamente sua demanda.

Apresentaremos a seguir um quadro de expansão das instituições de educação superior no estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro IV

Número de Instituições de Educação Superior de Mato Grosso do Sul – 1997 – 2004

ANO	Universidades	Centros Universitários	Faculdades Integradas	Faculdades Isoladas	Total
1997	4	1	7	9	21
2004	4	2	13	24	43

Fonte: MEC/INEP/SEEC,2004. (Acessado em 10/10/2005)

Encontramos somente quatro Universidades que são instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, caracterizadas pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Como observamos, no quadro acima, de 1997 a 2004, o estado de Mato Grosso do Sul possui quatro universidades, sendo duas particulares: Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal -UNIDERP e Universidade Católica Dom Bosco -UCDB e duas públicas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -UFMS e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS; o número de universidades permanece o mesmo há 8 anos. O número de centros universitários teve um pequeno aumento, pois em 1997 havia 1 e atualmente são dois. As faculdades integradas apresentaram um crescimento de 85.71% , pois em 1997 eram 7 e no ano de 2005 este número sobe para 13. As faculdades isoladas foram a que mais se expandiram, pois de 9

instituições passaram para 24, apresentando um percentual de aumento no valor de 266,66%.

Quadro V

Instituições de Educação Superior do Estado de Mato Grosso do Sul – 2004

Faculdades Integradas

Instituição de Ensino Superior	Cidade	UF	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa
FIC – Faculdades Integradas de Cassilândia	Cassilândia	MS	Faculdades Integradas	Privada
FICO – Faculdades Integradas de Coxim	Coxim	MS	Faculdades Integradas	Privada
FIFASUL – Faculdades Integradas de Fátima do Sul	Fátima do Sul	MS	Faculdades Integradas	Privada
FINAV – Faculdades Integradas de Naviraí	Naviraí	MS	Faculdades Integradas	Privada
FIPAR – Faculdades Integradas de Paranaíba	Paranaíba	MS	Faculdades Integradas	Privada
FIP – Faculdades Integradas de Ponta Porã	Ponta Porã	MS	Faculdades Integradas	Privada
FIRVE – Faculdades Integradas de Rio Verde	Rio Verde	MS	Faculdades Integradas	Privada
AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas	Três Lagoas	MS	Faculdades Integradas	Privada

Fonte: MEC/INEP/2004. (Acessado em 10/10/2005)

As faculdades integradas estão instaladas em 8 municípios do estado de Mato Grosso do Sul e todas são privadas, com fins lucrativos.

Esta expansão pode ser justificada pelo aumento de matrículas no ensino médio e também pela pressão de uma clientela de pessoas adultas, já inseridas no mercado de trabalho, que procura estas instituições de educação superior para melhorar suas chances profissionais com a obtenção de um diploma acadêmico. Outro fator que contribui com este aumento de instituições privadas se deve a estagnação do setor público, especialmente nas federais, que nos últimos anos cresce de forma muito lenta devido a falta de investimento neste setor educacional.

Essas instituições não proporcionam a pesquisa, concentrando-se especialmente em cursos menos onerosos com uma procura satisfatória para preencher as

vagas ofertadas. E o fato de estarem concentradas no interior tem o objetivo de atender a demanda que está longe de outras oportunidades.

Quadro VI

Instituições de Educação Superior do Estado de Mato Grosso do Sul – 2004

Faculdades Isoladas

Instituição de Ensino Superior	Cidade	UF	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa
FACHASUL – Faculdade de Administração de Chapadão do Sul	Chapadão do Sul	MS	Faculdade	Privada
FAFS – Faculdade de Administração de Fátima do Sul	Fátima do Sul	MS	Faculdade	Privada
FANA – Faculdade de Administração de Nova Andradina	Nova Andradina	MS	Faculdade	Privada
FANOVA – Faculdade de Administração de Nova Andradina	Nova Andradina	MS	Faculdade	Privada
FIAMA – Faculdade de Amambaí	Amambai	MS	Faculdade	Privada
FACINAVI – Faculdade de Ciências Contábeis de Naviraí	Naviraí	MS	Faculdade	Privada
FACCINAN – Faculdade de Ciências Contábeis de Nova Andradina	Nova Andradina	MS	Faculdade	Privada
FCCPP – Faculdade de Ciências Contábeis de Ponta Porá	Ponta Porã	MS	Faculdade	Privada
FECLEPP – Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porá	Ponta Porã	MS	Faculdade	Privada
FECRA – Faculdade de Educação de Costa Rica	Costa Rica	MS	Faculdade	Privada
FENA – Faculdade de Educação de Nova Andradina	Nova Andradina	MS	Faculdade	Privada
FALENA – Faculdade de Letras de Nova Andradina	Nova Andradina	MS	Faculdade	Privada
ANAEC – Faculdade de Pedagogia	Nova Andradina	MS	Faculdade	Privada
FAP – Faculdade de Ponta Porá	Ponta Porã	MS	Faculdade	Privada
FAS – Faculdade de Selvíria	Selvíria	MS	Faculdade	Privada
FATEP – Faculdade de Tecnologia de Ponta Porá	Ponta Porã	MS	Faculdade	Privada
FATUR – Faculdade de Turismo de Nova Andradina	Nova Andradina	MS	Faculdade	Privada
FAD – Faculdade de Dourados	Dourados	MS	Faculdade	Privada
FESCG – Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande	Campo Grande	MS	Faculdade	Privada
FASURP – Faculdade Superior de Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo	MS	Faculdade	Privada
FTBAW – Faculdade Teológica Batista Ana Wollerman	Dourados	MS	Faculdade	Privada
FAVA – Faculdade Vale do Aporé	Cassilândia	MS	Faculdade	Privada
FUNLEC- IESF – Instituto de Ensino Superior	Campo Grande	MS	Faculdade	Privada
IESPAN – Instituto de Ensino Superior	Corumbá	MS	Faculdade	Privada

Fonte: MEC/INEP/2004. (Acessado em 10/10/2005)

A expansão que se propaga em curto prazo não deveria ser concretizada somente pela ampliação do setor privado, principalmente no interior do estado. O desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país se torna realidade por meio de pesquisas e educação de qualidade o que é extremamente relevante a expansão das universidades públicas, para que todo cidadão tenha acesso ao saber.

Cunha (1989) destaca que desde a época da reforma universitária de 1968 por meio da Lei nº5540/68, o projeto da reforma destacava a universidade como a instituição para oferecer a graduação. “Os estabelecimento isolados só, por exceção” (1989, p.52), com o objetivo de possibilitar a eficiência modernizar o desenvolvimento do país. Mas o que ocorreu foi exatamente o contrário, pois as condições da reforma propiciaram um número raro de instituições públicas e facilitam a expansão demasiada do setor privado, principalmente na interiorização dessas instituições, com o objetivo de atender a demanda que não tinha acesso a este nível de educação. O que observamos no estado de Mato Grosso do Sul é exatamente este fenômeno da proliferação de faculdades isoladas que representam o maior número de instituições privadas instaladas no estado, perfazendo o total de 55%.

Fávero (1989) chama a atenção “para o crescimento desordenado e até estimulado de universidades e, sobretudo, de escolas isoladas, aliado ao acelerado processo de privatização do ensino superior no país [...]. (1989,p.42) Isso seria consequência do afastamento do Estado no financiamento e manutenção da educação superior no país.

As respectivas sedes das instituições estão localizadas em 11 municípios do estado.

Quadro VII

Instituições de Educação Superior do Estado de Mato Grosso do Sul – 2004

Instituto Superior ou Escola Superior

Instituição de Ensino Superior	Cidade	UF	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa
ICGES – Instituto Campo Grande de Ensino Superior	Campo Grande	MS	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
IESA – Instituto de Ensino Superior Aquidauanense	Aquidauana	MS	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
Instituto de Ensino Superior da FUNLEC de Bonito - IESF	Bonito	MS	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
IESD – Instituto de Ensino Superior de Dourados	Dourados	MS	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
ISMEC – Instituto Mato Grosso do Sul de Educação e Cultura	Campo Grande	MS	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada

Fonte: MEC/INEP/2004. (Acessado em 10/10/2005)

Os Institutos Superiores ou Escolas Superiores são instituições que oferecem cursos de graduação e estão localizados em 4 municípios representando 11,6% das instituições localizadas no estado de Mato Grosso do Sul. Inclusive o que está em funcionamento no município de Aquidauana oferece somente o curso de administração para a turma que iniciou e está concluindo; não está sendo oferecido vestibular para ingresso de novas turmas.

Segundo dados coletados do Censo da Educação Superior (2003) a predominância excessiva da educação superior privada no país acarretou na ociosidade de 726 vagas que não foram preenchidas na respectiva rede, significando um percentual de 42% do total oferecido. Este número é 439% maior do que o registrado há cinco anos. Este Dado é inédito no Brasil, pois a quantidade de vagas oferecidas superou o número de estudantes que concluíram o ensino médio.

Quadro VIII

Instituições de Educação Superior do Estado de Mato Grosso do Sul – 2004

Centro Universitário

Instituição de Ensino Superior	Cidade	UF	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa
UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados	Dourados	MS	Centro Universitário	Privada
UNAES – Centro Universitário de Campo Grande	Campo Grande	MS	Centro Universitário	Privada

Fonte: MEC/INEP/2004. (Acessado em 10/10/2005)

Encontramos, em Mato Grosso do Sul, somente duas instituições de educação superior com organização acadêmica intitulada como Centro Universitário, o que representa um percentual de 4,6% do total de instituições. Uma instituição está localizada no município de Dourados – UNIGRAN e a outra - UNAES foi implantada na capital, Campo Grande.

Encontramos, também, no município de Dourados, a sede da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS que tem como objetivo proporcionar e igualar a educação. O aumento demográfico da população sulmatogrossense, “possibilitou o crescimento do ensino privado, pois o setor público estatal não conseguiu absorver toda a demanda de estudantes, abrindo assim espaço para a iniciativa privada, especialmente a empresarial”.(ROCHA, 2004, p.9)

Saviani (1991) destaca que o motivo da predominância do setor privado no país é consequência da política traçada pelo Estado e autorizada pelo Conselho Federal de Educação, que possibilitou, por meio de inúmeras autorizações e reconhecimentos, o processo de privatização da educação superior.

No início, segundo informações do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da UEMS, (2002) existiam 12 cursos, com 18 ofertas às comunidades onde estava

localizada. No ano de 2004 são 22 cursos distribuídos em 15 municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro IX

Número de Cursos Oferecidos pela UEMS em 2004

Município	Graduação
Amambaí	Ciências – Habilitação Matemática Matemática História Normal Superior Normal Superior Indígena
Aquidauana	Agronomia Zootecnia
Cassilândia	Agronomia Ciências – Habilitação Matemática Matemática Letras/ Português/ Inglês
Coxim	Ciências Biológicas Ciências – Habilitação Biologia Normal Superior
Campo Grande	Normal Superior
Dourados	Ciência da Computação Enfermagem Letras – Português/ Inglês Letras – Português/ Espanhol Direito Turismo Ciências Biológicas Matemática Ciências – Habilitação Matemática Normal Superior
Glória de Dourados	Matemática Geografia
Ivinhema	Ciências Biológicas
Jardim	Letras – Português/Inglês Turismo Normal Superior
Maracaju	Administração Rural Pedagogia
Mundo Novo	Ciências – Habilitação Biologia Ciências Biológicas

Naviraí	Ciências Biológicas Direito Química Normal Superior Curso Seqüências
Nova Andradina	Matemática Ciências – Habilitação Matemática Letras – Português/Inglês Normal Superior
Paranaíba	Direito Pedagogia Licenciatura em Matemática
Ponta Porã	Administração – Habilitação Comércio Exterior Ciências Econômicas Normal Superior

Fonte: www.uems.com.br/2004. (Acessado em 11/10/2006)

Uma das propostas da Instituição, com objetivo de economizar recursos públicos e evitar o acúmulo de funções, cargos e demais estruturas administrativas, a UEMS adotou as seguintes estratégias: “cursos permanentes de graduação, ações de extensão, grupos de pesquisa, estrutura física e pedagógica adequada, instalações tecnológicas e recursos humanos qualificados, comprometidos em produzir e disseminar conhecimentos”. (PDI, 2002,p.9).

Devido a estas ações muitos alunos tiveram a oportunidade de ter acesso à educação superior. Segundo Rocha,

A UEMS nasce com os objetivos de atender as comunidades locais e as orientações do disposto constitucional, em 1993, de acordo com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Portanto chegou-se a concepção de que se necessitava de uma universidade com característica voltada para o interior, para favorecer o desenvolvimento do interior de MS. (ROCHA, 2005, p.9)

Nestes dez anos de atuação a UEMS assumiu novos desafios para estar mais próxima da comunidade e melhor atendê-la, exercendo um papel participativo no desenvolvimento da população e da localidade regional na qual a Instituição está inserida.

Segundo Fernandes (2003), a intensificação da interiorização dos *campi* no interior de Mato Grosso do Sul , tem possibilitado que a demanda que reside em suas cidades, possam ter acesso ao ensino superior público.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul está presente em sete municípios do estado de Mato Grosso do Sul, onde em algumas localidades existem duas unidades, como é o caso de Aquidauana.

Quadro X

Número de Cursos Oferecidos pela UFMS - 2004

Município	Graduação
Campo Grande	Enfermagem; Farmácia; Medicina; Medicina Veterinária; Odontologia; Análise de Sistemas; Ciência da Computação; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia Ambiental Engenharia Civil; Engenharia Elétrica Física- Bacharelado; Física – Licenciatura; Matemática - Licenciatura Química- Bacharelado em Química Tecnológica Administração; Artes Visuais - Bacharelado Artes Visuais – Licenciatura; Ciências Econômicas Ciências Sociais; Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo; Direito; Educação Física – Licenciatura; Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/ Inglês; Pedagogia – Licenciatura – Habilitação em Educação Infantil; Pedagogia – Licenciatura – Habilitação em Primeiros Anos do Ensino Fundamental; Ciências Biológicas- Bacharelado; Zootecnia; Física – Licenciatura ; Administração Letras – Licenciatura – Habilitação Português/ Espanhol; Direito; História – Licenciatura Psicologia; Música - Licenciatura

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul está presente em sete municípios do estado, tendo dois *campi* em Aquidauana. Esta Instituição foi implantada na década de 1970.

De acordo com Sguissardi (2000) a década de 1980 foi marcada pela estagnação no crescimento das Instituições de Educação Superior Públicas, tal fato pode ser comprovado por meio dos dados coletados pelo INEP, os quais indicam que no ano de 1980 havia 56 IES públicas e em 1998 este número era de apenas 57. No estado de MS na mesma década já existiam as duas únicas IES públicas: UEMS e UFMS .

No ano de 2004 a UFMS ofereceu 38 cursos de graduação na capital do estado: Campo Grande, 13 em Aquidauana, 9 em Corumbá, 17 em Dourados, 14 em Três Lagoas, 4 em Coxim e 3 no município de Paranaíba.

É importante destacarmos que,

Não há dúvida que os dados quantitativos apresentados expressam avanços das IES sobre recantos distantes do Brasil, oferecendo ensino superior a uma população que, dificilmente teria outra possibilidade de acesso aos cursos superiores. Entretanto, há de se questionar (e pesquisar) sob que condições se processa a chamada interiorização do ensino superior: que indícios apontam a possível democratização da educação superior, do ponto de vista da qualidade do ensino? As mudanças no cenário, sob a égide da expansão do sistema, estão sendo capazes de democratizar o saber, na perspectiva do compromisso com a produção do conhecimento? (BITTAR; SILVA; VELOSO.2003, p.159)

As autoras chamam a atenção para a necessidade de refletirmos sobre esta interiorização da educação superior com qualidade de ensino e não somente de acesso às pessoas que não podem locomover-se para a capital, para concluir seus estudos.

Cabe ressaltar que a falta de instituições públicas em quase 90% dos municípios de MS tem possibilitado e incentivado a grande e exagerada expansão do setor privado para estas localidades, muitas vezes instituições que só têm como objetivos lucros

financeiros, inclusive alugam espaços inadequados para o funcionamento de uma instituição de educação superior.

As universidades públicas também procuram expandir-se em direção ao interior do estado, oferecendo, inclusive as chamadas turmas parceladas, que, em Aquidauana, funcionam com o curso de Pedagogia de Férias, pois a UFMS/CPAQ firmou convênio com as prefeituras da região para oferecer formação aos professores em serviço, cumprindo assim, uma exigência da LDB nº9394/1996, que determina como formação mínima o curso de graduação a nível superior.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA

2.1 - Breve Histórico do Município de Aquidauana – MS

O Município de Aquidauana, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, foi fundado em 15 de agosto de 1892, às margens do rio Aquidauana. Existem várias versões sobre a origem do nome da cidade, mas, “para alguns autores o nome Aquidauana, segundo a toponímia tupi-guarani e dos índios guaicuru, quer dizer: **ac**-grandi; **da** – lugar: **oana** – arara; portanto significa lugar das araras grandes” (ROBBA, 1992, p. 40).

Figura II**Mapa do Município de Aquidauana – MS - 2005**

FONTE: www.cjf.gov.br/atlas/2005.

O município de Aquidauana fica distante da capital, Campo Grande, 120 km², o rio Aquidauana o separa do Município de Anastácio, tem suas cabeceiras sobre a serra de Maracajú cerca de 1.200 km de leito, juntando-se ao rio Miranda. Existe a navegação de pequenas embarcações em época das cheias, quando as estradas do Pantanal que cortam o município ficam intransitáveis.

Figura III

Mapa do Município de Aquidauana e Região



FONTE: www.icepa.com.br/2004.

Segundo Rosa (1993), a idéia inicial era fundar uma nova vila, pois desde os tempos que antecederam à Guerra do Paraguai, cogitava-se a idéia de transferir a Vila de Miranda para outro local, considerando que grande parte das terras destinadas à referida vila era localizada em terrenos baixos, que as chuvas inundavam rapidamente e num instante secavam pelas ações dos raios solares, o que prejudicava todo trabalho realizado na terra. Assim, um grupo de pessoas, oriundas da antiga Vila de Miranda, começou a procurar terras para comprarem e encontraram uma área localizada às margens do Rio Aquidauana. Existiram 98 pessoas que se tornaram subscritores. A área escolhida era

denominada São João da Boa Vista. Mas, somente 39 compareceram no local onde foi lavrada a “Ata de Fundação”. Na oportunidade foram escolhidos cinco associados para comporem a diretoria da sociedade, os quais ficaram conhecidos como os fundadores: Estevão Alves Correia, João de Almeida Castro, Manuel Antônio Paes de Barros, Teodoro Paes da Silva Rondon e Augusto Ferreira Mascarenhas. A referida diretoria só foi desfeita no ano de 1907, quando foi realizada a entrega do patrimônio à Câmara Municipal.

Desde a sua fundação a população sempre teve a presença de imigrantes, inclusive constam nomes de estrangeiros tanto na lista dos subscritores quanto na Ata de Fundação do Município. As nações representadas no município possuem traços fortemente marcados na cultura local: na música, nas danças, nas comidas, nas festas, religião e outros. Dentre algumas podemos citar os italianos, turcos, japoneses, portugueses, paraguaios, espanhóis, alemães e outras.

Devemos citar a forte presença dos habitantes primitivos. Segundo o relatório do diretor-geral dos índios da província de Mato Grosso, Joaquim Alves Ferreira, datado de 2 de dezembro de 1848 tinham notícias , de que na área onde estava localizada, atualmente, Aquidauana existiam diversas nações indígenas: “Cadiueus, Beaqueus, Cologueus, Quinquianaus, Terenas, Laianos e Guaxis” (ROBBA, 1992, p.25).

O mesmo autor descreve ainda que com o fim da guerra do Paraguai, foram criadas reservas indígenas próximas a um distrito, onde os Terenas formaram as Aldeias do Ipegue, Bananal, Morrinho, Água Branca, Imbirussu e Lagoinha, que hoje fazem parte do Distrito de Taunay. Devido a algumas divergências uma tribo saiu da reserva e ficou nas furnas da serra de Santa Bárbara formando a Aldeia do Limão Verde e posteriormente a de Córrego Seco.

Suas principais atividades estão ligadas à agricultura, cujos produtos são negociados na sede do Município. Alguns índios também trabalham em fazendas

contratados por fazendeiros através do posto da Fundação Nacional dos Índios -FUNAI.

Quanto ao folclore indígena ROBBA destaca,

[...] a “dança do bate pau”, que consiste na formação de duas alas de guerreiros armados de longos bastões, que ao som de uma flauta de bambu e um tambor fazendo a marcação, vão se deslocando pelo terreiro, batendo os bastões um contra o outro ao mesmo tempo, produzindo com isso um som complementar à marcação dos instrumentos musicais, que varia de cadência de acordo com as ordens de um chefe, transmitidas por um apito. É de um ritual agradável, sendo apresentada nas festas comemorativas ou para visitantes ilustres (ROBBA, 1992, p.27).

Em 1914, existia, entre outras metas, a construção de uma ponte sobre o rio Aquidauana, que era essencial para o desenvolvimento da localidade, e também de um prédio para o grupo escolar. Assim após muitas reivindicações pelos representantes, em ato solene realizado em 1919 foi lançada a pedra fundamental da respectiva ponte, mas a mesma só foi concluída em 29 de agosto de 1926.

Segundo o autor o prédio destinado à escola só foi concluído em 1930, sendo construído pelo estado. Com o passar dos anos, a população sentiu a necessidade do ensino secundário e começam a reivindicar junto às autoridades seus anseios. Em 1936 o deputado Luís de Miranda Horta apresentou na Assembléia Legislativa requerimento para atender a referida solicitação. Em 1944, iniciou a construção do prédio para funcionar o ensino secundário. No transcorrer dos anos, foram criadas em Aquidauana, várias instituições de educação tanto públicas quanto particulares, atendendo, inclusive, a grande clientela do sudoeste mato-grossense.

No ano de 2004, quanto ao ensino, todas as aldeias indígenas possuem escolas, atendendo a Educação Básica, conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município, sendo que a Educação Infantil e Ensino Fundamental atendem às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, e são de responsabilidades do Município; já o Ensino Médio é oferecido com uma parceria

entre o estado e município.

Na Educação Infantil (Pré-Escola) e Séries Iniciais (1^a à 4^a Séries) é dada prioridade a uma formação bilíngüe, ou seja, o ensino é oferecido em Língua Terena/Português e os professores nas respectivas séries são todos indígenas.

Aquidauana possui ainda 12 Escolas Estaduais, atendente respectivamente o ensino fundamental e ensino médio, 12 Escolas Municipais, sendo que uma é considerada pólo das Escolas Pantaneiras, localizadas na região do Pantanal, as quais atendem o Ensino Fundamental, 11 Centros de Educação Infantil, 4 instituições privadas que oferecem a educação básica e 3 instituições de educação superior, sendo uma particular: Instituto de Educação Aquidauanense- IEAS e duas públicas, objeto de nossa pesquisa: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus de Aquidauana – UFMS/CPAQ e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, as quais constituem campo de pesquisa de nossa dissertação

O município de Aquidauana atualmente é considerado um dos maiores do estado de Mato Grosso do Sul, possuindo uma área de 17.008,50 Km². Seu território divide-se em duas partes, sendo uma localizada na Região do Pantanal e a outra na região que ocupa a Serra de Maracajú.

Segundo dados do IBGE (2004) no ano de 2003 o município de Aquidauana possuía uma população estimada em 45.543 habitantes, distribuída nas aldeias, zona urbana e nos quatro Distritos: Camisão, Piraputanga, Cipolândia e Taunay. Sua economia baseia-se na pecuária, possuindo um dos maiores rebanhos do estado.

A cidade é privilegiada pela sua posição geográfica, possuindo fauna e flora ricas e diversificadas, pois está situada no chamado “Portal do Pantanal”, com imensa planície sedimentar que ocupa toda porção oeste e noroeste do estado. No período da cheia os rios sobem acima de seus níveis e a fauna responde com rara beleza e força nas baías de

águas cristalinas.

2.2 História da Criação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e a Implantação do Campus de Aquidauana - CPAQ

Até a década de 1960, a maioria dos acadêmicos mato-grossenses cursava a educação superior no estado do Rio de Janeiro. O curso preferencial era Medicina, conforme se evidencia:

[...] Do quadro social da Associação Médica de Campo Grande em 1968, setenta e sete por cento dos médicos foram diplomados nas escolas médicas da cidade maravilhosa. A preferência era pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, localizada na Praia Vermelha, que oferecia 300 vagas, seguida da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, do Instituto Hanemaniano do Brasil, que oferecia 100 vagas; a Faculdade de Ciências Médicas com 80 vagas, além da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense, em Niterói [...] (ROSA, 1993, p.13).

O mesmo autor relata que, com o objetivo de impedir a imigração de estudantes e fortalecer o desenvolvimento da cidade de Campo Grande, foi criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia, em Campo Grande, no ano de 1962, “provisoriamente instalada no Colégio Maria Constança de Barros Machado, onde foram cedidas três salas junto à cantina para a administração e algumas para as salas teóricas” (ROSA, 1993, p.14), tornando-se o embrião da educação superior do ensino público no sul do então estado de Mato Grosso que futuramente se tornaria a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

O mesmo autor relata que em 26 de julho de 1966, por meio da Lei Estadual nº 2620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande – ICBCG, estruturando departamentos e criando o Curso de Medicina,

que era o anseio da classe médica, pois a saúde possuía sérias complicações devido a carência destes profissionais para atender a população.

O governo do estado, em 1967, criou o Instituto Superior de Pedagogia, nos município de Corumbá e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras. No ano de 1969, com a integração dos Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, pela Lei nº 2947 de 16 de setembro foi criada a Universidade Estadual de Mato Grosso. Em 1970 foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Para que possamos entender melhor o processo histórico da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso é necessário resgatar alguns fatos importantes que Rosa destaca em seu livro:

Foi em 29 de agosto de 1969. O governo do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado, através da mensagem nº 16/69, projeto de lei que autorizava o poder executivo criar a Universidade Estadual de Mato Grosso. No dia 30 de agosto, o Secretário de educação e Cultura, Dr. Gabriel Noris Neves endereça carta ao Prof Wilson Rodrigues, solicitando que coordenasse a elaboração do estatuto, regimento das unidades que comporiam a Universidade. No dia 05 de setembro de 1969, através da proposição 413/69, o deputado René Barbour, Presidente da Assembléia Legislativa, enviou ao Governador do Estado, o projeto de Lei que autorizava o poder executivo a criar a Universidade de Mato Grosso (ROSA, 1993, p. 63).

O autor ressalta a alteração do artigo 47 da Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968, que possibilitava a expansão da educação superior, principalmente da iniciativa privada passando a vigorar com a seguinte redação: “A autorização para funcionamento e reconhecimento de universidade ou estabelecimento de ensino superior será tornada efetiva, em qualquer caso por decreto do Poder Executivo Federal, após prévio parecer favorável do Conselho de Educação Competente”.

Tal fato decorre, segundo Guiraldelli (2001, p.175) da necessidade que “o ensino superior passou a significar, cada vez mais, a chance de alguns setores ascenderem socialmente e, de outros, a de não descerem com tanta facilidade”. Assim, a Reforma

implantada pelo regime militar para tentar conter a revolta estudantil, teve como conseqüência, também os desejos da classe média em democratizar o acesso à universidade.

Tal conjuntura nacional se evidencia em Mato Grosso, por meio do que ROSA destaca,

Em 16 de setembro de 1969, o governador do Estado sancionava a lei nº2.947 que autorizava criar Universidade de Mato Grosso, podendo para tanto decretar todos os atos que se fizerem necessários à sua implantação.

No dia 02 de janeiro de 1970, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado José Cerveira, promulgou a lei nº 2.972, de 02 de janeiro de 1970 – sobre a reestruturação e as diretrizes do ensino superior do Estado de Mato Grosso, criando na Secretaria de Educação e Cultura, a Diretoria de Ensino Superior, com finalidade de centralizar a ação do Governo em matéria do ensino superior, com os objetivos definidos. (ROSA, 1993, p.63).

O autor tem por objetivo mostrar que a ação do governo do estado tinha por objetivo compor a comissão que teria a finalidade de estudar a implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso.

No ano de 1970 foi aprovado o estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso pelo Conselho Estadual de Educação, na capital do estado: Cuiabá. O governador; Pedro Pedrossian, enquanto aguardava o decreto do Poder Executivo Federal que autorizava o funcionamento da Universidade Estadual resolveu, em consonância com o que determinava o decreto-lei nº 842 de setembro de 1969, nomear o primeiro Reitor, o Professor João Pereira da Rosa, em 12 de outubro de 1970. No mesmo ano, em de novembro, o Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici e o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, assinaram o decreto nº 67484 que autorizava o funcionamento da Universidade Estadual de Mato Grosso, na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso.

2.3 Histórico da Implantação do Campus de Aquidauana – CPAQ

O estado de Mato Grosso do Sul é o único que possui sua capital localizada praticamente no centro de seu espaço geográfico.

Antes da divisão do antigo estado de Mato Grosso a capital era Cuiabá, situada em uma distância de mais de 1.200 km² dos municípios localizados no sul do estado. Neste aspecto tornou necessário à implantação de Centros Pedagógicos em regiões estratégicas, com cursos que possibilitassem o desenvolvimento do estado. Com este objetivo foi criado o Centro Pedagógico de Aquidauana, que deve ser entendido na conjuntura que caracterizava o universo político e social da época.

Observamos que apesar da importância para toda região onde está localizado o Centro Pedagógico de Aquidauana, encontramos somente artigos de jornais que retratam sua implantação, de autoria de Vilma Begossi, professora há mais de 35 anos do Centro Pedagógico de Aquidauana, publicadas no jornal “O Pantaneiro”, sob o título: “Colecione... acompanhe o Centro Universitário de Aquidauana, nos seus 25 anos de trabalho”. Os referidos artigos foram baseados em documentos dos arquivos do respectivo Centro Pedagógico.

Os artigos elaborados por Begossi (1995) foram utilizados como fonte de pesquisa para a elaboração de uma monografia por um acadêmico do Curso de Especialização em História, Mário Verza Filho, que elaborou sua monografia com o título “O Centro Pedagógico de Aquidauana - Gestão – Dóris Mendes Trindade” no ano de 1996. A análise feita por Verza Filho no que se refere à instalação do Centro Pedagógico de Aquidauana traduz-se no seguinte comentário:

O Centro Universitário de Aquidauana (antes Centro Pedagógico de Aquidauana) uma das frações que compõe a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, foi até 1993, (após instalou-se a

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) a única instituição de ensino superior do Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Como foi implantado a partir de 1971, deve-se a ele um trabalho de mais de vinte anos, com o objetivo de contribuir diretamente com a conformação desta região, sobretudo no que se refere à Educação (VERZA FILHO, 1996, p.6).

Para o autor a instituição é a responsável por grande parte do desenvolvimento da região. Vilma Begossi em seu artigo nº1, descreve a primeira notícia oficial que antecedeu a criação do Centro Pedagógico,

A História do CEUA/CPAQ oferece-nos como primeira notícia oficial, o documento Ofício nº 64/70 da Câmara Municipal de Aquidauana. Nele, o então Presidente Miguel Demétrio Diacópulus encaminha ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Educação e Cultura de Mato Grosso a comunicação de que o requerimento do vereador Plínio de Arruda Leite, solicitando a criação de uma Faculdade de Filosofia, em nosso Município, fora acatado e encampado por toda Câmara Municipal, e, por isso tal pedido se revertia num anseio de toda a Comunidade. Assim, nas asas das letras do vereador Plínio de Arruda Leite da Câmara Municipal de Aquidauana o CEUA/CPAQ iniciou seu prenuncio de vôo. (BEGOSSI, 1995, p.7)

Foram relatados nos artigos redigidos pela autora os anseios da população para a implantação de uma instituição de educação superior no município de Aquidauana, principalmente, para atender a falta de profissionais habilitados para a área educacional. Verificamos ainda que a solicitação da instalação de uma Faculdade de Filosofia foi discutida na sessão ordinária realizada na Câmara Municipal, do dia 24 de abril de 1970, a qual teve apoio de todos os vereadores, sendo aprovado por unanimidade, pois entendiam que toda região sudoeste de Mato Grosso estava carente de profissionais formados com nível superior.

No mês subsequente, o Prefeito de Aquidauana, Fernando Lucarelli Rodrigues fez um convite à professora Dóris Mendes Trindade para a mobilização de instalação da Faculdade no Município, pois o então Secretário de Educação do Estado, Wilson Rodrigues já sinalizava um parecer favorável. A referida professora demitiu-se de seu cargo, onde prestava serviços, e retornou a Aquidauana para providenciar a instalação do

Centro Pedagógico.

O então governador Pedro Pedrossian encaminhou ao Poder Legislativo o anteprojeto de lei, que decidiu favoravelmente sobre a criação do Centro Pedagógico de Aquidauana, com os seguintes argumentos:

[...] Aquidauana, é uma das principais cidades do Estado, sendo grande a sua participação no desenvolvimento estadual. Contando, atualmente, com quatro estabelecimentos de ensino médio, tornou-se imperiosa a necessidade da criação de um estabelecimento de ensino superior, mesmo porque virá atender as cidades circunvizinhas, como Anastácio, Bonito, Miranda, Nioaque, e outras. O Governo do Estado fiel ao compromisso de procurar cada vez mais, lutar pelo aprimoramento do ensino, e visando à profissionalização do magistério, decidiu, atendendo às justas reivindicações do povo Aquidauanense, pela criação de um Centro Pedagógico, que integrará a Universidade Estadual recentemente criada, a exemplo do que já ocorrera com: Corumbá, Três Lagoas e Dourados [...] (BEGOSSI, 1995,p. 4)

Percebe-se por meio do referido documento a possibilidade e interesse da instalação de uma instituição de nível superior no município de Aquidauana. Com estes fatos a professora Vilma Begossi contextualizou a futura escola de nível superior,

[...] pela criação de um Centro Pedagógico que integrará a Universidade Estadual recentemente criada, a exemplo do que já ocorrera com: Corumbá, Três Lagoas e Dourados. – assim se expressou o excelentíssimo Sr. Governador do Estado, na mensagem enviada àquela Assembléia. A recente criada Universidade Estadual de Mato Grosso. Criada em 31/10/1970, consolidou o gerenciamento do ensino superior público da parte sul do Estado. Resultou ela, da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, com sede em Campo Grande, criada em 1964, depois absorvida pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, criado em 1966; do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, criado em 1967; do Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas, criado em 1968 e da Faculdade de Agronomia de Dourados, também criado em 1968. Realmente, Aquidauana se encaixava muito bem na amplitude pretendida pela então UEMT. (BEGOSSI, 1995, p. 3)

A autora relata o desencadeamento da implantação da educação superior em Aquidauana - MS, que possibilitaria uma nova proposta de administração, atendendo às demandas sócio-culturais, políticas e econômicas da região.

Essa nova visão sobre Educação do Estado transforma-se num importante investimento que se apresentava como melhoria da qualidade de mão-de-obra, e conseqüentemente, no progresso técnico-científico do povo mato-grossense (Id. Ibidem).

Como conseqüência, segundo a autora, a sociedade passou a encarar a educação como agente e instrumento essencial às mudanças necessárias para o desenvolvimento de um povo. Assim, investir neste processo teria que ser o objetivo da administração, pois, já existiam pressões recebidas da sociedade.

Segundo descreve Vilma Begossi, no ano de 1970 foi formada uma Comissão com o objetivo de promover estudos que justificassem a instalação da escola de educação superior no município; o estudo continha uma caracterização sócio-econômica de Aquidauana:

[...] o município de Aquidauana é uma das regiões mais prósperas do Sul do Estado, localizado em área privilegiada, é a maior cidade desta região, a contar de Porto Murtinho, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Bonito, Miranda, Anastácio e sub-distritos, todos esses municípios têm em Aquidauana o centro de convergência sócio econômico e cultural; diariamente daqui partem frotas de caminhões para abastecimento de municípios vizinhos; o intercâmbio é ativo; pra cá vêm àqueles que necessitam de cuidados médicos especializados, de comunicação com os grandes centros do país, escolas técnicas e normal, etc, enfim, o assédio em Aquidauana é constante, motivo por que cresce em ritmo certo e seguro. “Pode-se afirmar que o município já desfruta de serviços públicos que satisfazem suas mais urgentes necessidades. A cidade com grande extensão de ruas calçadas; iluminação perfeita, com uma grande rede de energia elétrica; abastecimento de água, telefone urbano e interurbano, Televisão, dois aeroportos com instalações modernas, serviço postal e telegráfico; dois hospitais; um grande posto de saúde pública; estação ferroviária modelo, rodovias intermunicipais. Na zona urbana nota-se belos edifícios residenciais, praças bem calçadas; hotéis, clubes balneários; órgãos filantrópicos. [...] (BEGOSSI, 1995,p.5)

O referido relatório elaborado pela Comissão destacou, também, a presença das escolas primárias, secundárias, Normal e uma Técnica de Comércio, as quais ofereciam contribuições para o desenvolvimento da sociedade, principalmente na diminuição do analfabetismo e padrão de vida bem organizada com a instalação de vários órgãos públicos

como; delegacia, vara criminal, vara civil, 9º Batalhão de Engenharia e de Combate, bancos, incentivo ao comércio e outros. Conclui a Comissão:

[...] Assim sendo, é gritante a emergência da instalação de um Centro Pedagógico que atenderá a necessidade cultural e o desenvolvimento social das comunidades, a defesa e o entendimento entre várias populações, a fim de alcançar prosperidade geral. Nada mais se precisa acrescentar para atribuir à instalação do Centro Pedagógico de Aquidauana a importância do que faz jus, não só para o aquidauanense, mas também para a cultura e desenvolvimento de toda a grande área formada pelos municípios vizinhos [...] (BEGOSSI, 1995, p.5)

Com estas justificativas a Comissão queria mostrar não somente a importância, mas também a necessidade da implantação do Centro Pedagógico para toda a região.

Finalmente em 13 de agosto de 1970 foi assinado o Decreto nº 1146 pelo Governador Pedro Pedrossian que oficializou o funcionamento da Instituição, sua instalação oficial aconteceu em 07 de março de 1971, e funcionaria provisoriamente, no primeiro andar do Centro Educacional “José Alves Ribeiro” - CEJAR, os primeiros cursos implantados foram: Letras e Estudos Sociais em Licenciatura Curta.

A professora Dóris Mendes Trindade foi nomeada Diretora do Centro Pedagógico, cargo na qual permaneceu até 1975. O Centro Pedagógico de Aquidauana funcionou na referida escola por 4 anos até que o governador José Fragelli comprou da Congregação dos Padres Redentoristas, um prédio localizado na Praça Nossa Senhora da Conceição, onde funciona a Unidade I até os dias atuais. A mudança justificou-se pela necessidade de ampliar o número de cursos e vagas oferecidas, pois a região necessitava de formação, principalmente na área da educação. Os coronéis reivindicaram junto ao governador um espaço amplo, que pudessem possibilitar o acesso de suas filhas a este nível de ensino, pois na época esta era a profissão que as mulheres exerciam na sociedade.

Figura IV**Foto da Unidade I do Campus de Aquidauana/CPAQ**

FONTE: DANIELI/2005.

A Unidade I está localizada na Praça Nossa Senhora da Conceição, no Centro do município de Aquidauana. Atualmente funcionam os cursos de Pedagogia – habilitação em Educação Infantil, Pedagogia – habilitação em Séries Iniciais e Matemática – licenciatura no turno vespertino. Os cursos de História - Licenciatura, Letras – Habilitação Português/Inglês/Espanhol/Literatura e Administração funcionam à noite e o curso de Pedagogia –Licenciatura é oferecido em período integral no período das férias escolares. Os cursos de Especialização em História e Gestão Escolar funcionam aos sábados.

O prédio conta ainda com anfiteatro, biblioteca, laboratório de informática, salas de aula, quadra de esportes, laboratório de línguas, cantina, setor de xérox,

almoxarifado, setores administrativos: direção, departamentos e coordenação de cursos, dentre outros.

Figura V

Foto da Unidade II do Campus de Aquidauana/CPAQ



FONTE: DANIELI/2005.

Com a expansão de cursos oferecidos pela UFMS/CPAQ, torna-se necessária a ampliação do espaço físico para atender a nova demanda, pois algumas turmas estavam instaladas em salas alugadas nas escolas próximas à Unidade I.

No ano de 1998, o então prefeito do município de Aquidauana, Raul Martinez Freixes, a pedido da direção da Instituição, fez a doação de uma área localizada na Rua Oscar Trindade Barros, onde foi construída a Unidade II do Campus de Aquidauana.

Atualmente funcionam no respectivo prédio os cursos: Turismo no período matutino, Geografia – Bacharelado no vespertino, Ciências Biológicas e Geografia – Licenciaturas no noturno e o curso de Pós-Graduação em Mestrado na área de Geografia. Possui em sua estrutura física: laboratórios, anfiteatro, biblioteca, salas de aula, departamentos e coordenação de cursos, cantina, xérox, dentre outros.

2.4 Implantação da UEMS no Município de Aquidauana - MS

A Unidade Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, em Aquidauana, funciona no prédio do antigo Centro de Educação Rural de Aquidauana - CERA, localizado em uma área rural a 12 Km² de distância da zona urbana, naquele prédio funcionava, em regime de internato, uma escola com formação de curso ligados a área rural para alunos oriundos do próprio município e de outras localidades.

Em 1993, o governo do estado de Mato Grosso do Sul nomeou uma Comissão para que elaborasse uma proposta de Universidade voltada para atender as necessidades regionais com o objetivo de vencê-las e contribuir, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento científico e social do estado. A comunidade de Anastácio e Aquidauana representadas pelo então Deputado Estadual Cláudio Valério entrou com uma reivindicação na Assembléia Legislativa a fim de garantir que a referida instituição de educação superior se instalasse na localidade que pertencia ao Centro de Educação Rural de Aquidauana - CERA, cedida naquela época pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, em regime de comodato, composta de 08 salas de aula, laboratórios, auditório, biblioteca e dependências administrativas, quadra de esportes e uma grande área para serem desenvolvidas atividades práticas.

O primeiro curso implantado em 1996 foi de zootecnia, oferecendo 50 vagas. Seu funcionamento é no período integral. O curso de agronomia foi implantado em 2000. A instalação dos referidos cursos na região se justifica pelas atividades econômicas desenvolvidas, pois a pecuária é a mais forte: e a agronomia está em desenvolvimento, conforme planos de desenvolvimento da região, traçados pelos governos estadual e municipal.

Figura VI

Foto do Campus da UEMS



FONTE: DANIELI/2005.

A Unidade da UEMS está localizada A 12 Km do centro de Aquidauana, em uma área rural, cedida como comodato pelo SENAR, sendo composta por: 03 blocos de

um pavimento, com 1.595 m² de área construída, contendo 8 salas de aula, sala para professores, dependências administrativas, laboratórios, anfiteatro, quadra de esportes e outros.

Seus dois cursos: Zootecnia e Agronomia funcionam em período integral, o que possibilita um currículo bem diversificado e que atenda também atividades práticas no campo, o que é possibilitado pela favorável localização do prédio, em uma grande área rural.

Em 2000 foi oferecido o curso Normal Superior Indígena, para atender especificamente os professores leigos que estavam atuando nas aldeias do município de Miranda.

A implantação da UEMS no Município de Aquidauana faz parte do acerto estratégico de políticas iniciadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/1996. Também tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento regional, segundo orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da referida instituição.

Por este motivo o Ministério da Educação está incentivando a abertura de universidades públicas em áreas de baixo desenvolvimento para integrar a universidade e o conhecimento com a base produtiva e a vocação local e regional, o que justifica a implantação dos cursos de zootecnia e agronomia na região.

2.5 Características dos Alunos Matriculados na Educação Superior Pública, do Município de Aquidauana: UFMS/CPAQ e UEMS

Apresentaremos breve análise da demanda atendida pelo ensino médio, que possibilitará uma análise dos números de alunos que concluíram esse nível de ensino médio no município de Aquidauana e brevemente como se configura o acesso dos alunos concluintes nas IES públicas localizadas no referido município. A seguir realizaremos análises dos dados coletados por meio de um questionário aplicado a todos os acadêmicos matriculados nas primeiras séries dos cursos de graduação da UFMS/CPAQ e UEMS.

Quadro XI

Número de Alunos que Concluíram o Ensino Médio nas Escolas do Município de Aquidauana -MS

ESCOLAS	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS								
Escola Estadual “Cândido Mariano”	30	23	46	72	73	60	44	41
Escola Estadual “CEJAR”	59	73	85	94	110	86	114	117
Escola Estadual “Dóris Mendes Trindade”	23	12	24	30	23	45	58	36
Escola Estadual “Marly Russo”	--	--	--	--	--	--	--	--
Centro de Educação Profissional de Aquidauana - CEPA	44	43	43	63	49	94	73	78
Escola Estadual “Geraldo Garcia Ferreira”	53	51	50	74	49	84	67	37
INSTITUIÇÕES PRIVADAS								
Escola Particular “Instituto de Educação Aquidauanense”	10	15	10	22	19	16	20	13
Escola Particular “Instituto de Educação Falcão”	36	35	33	22	30	22	23	26
Escola Particular “Irene Cicalise”	15	14	16	20	11	14	10	16
TOTAL	270	266	307	397	364	421	409	364

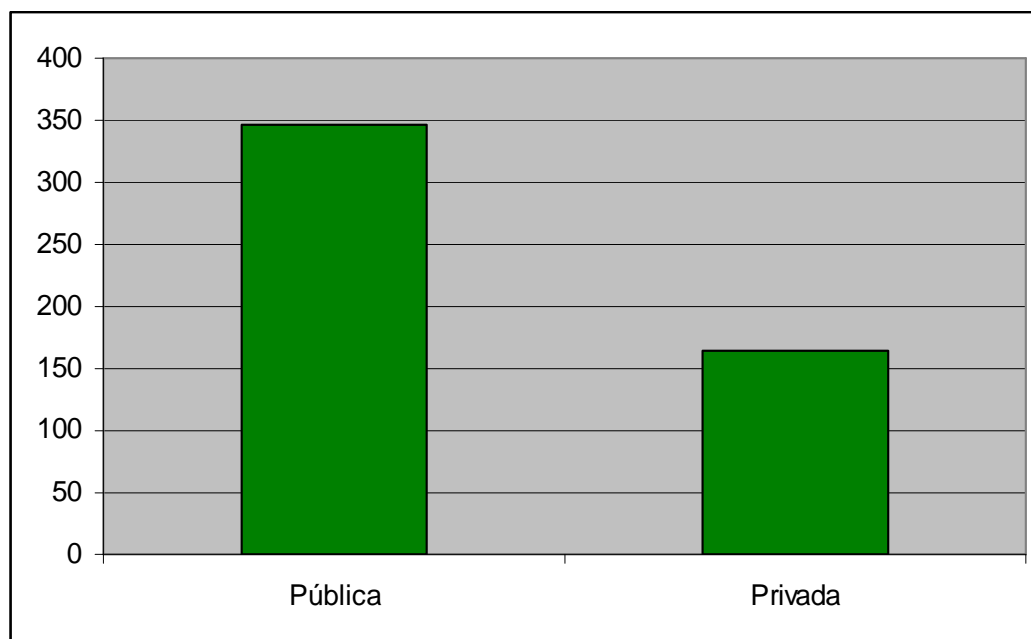
Fonte: Secretarias Escolares (2004)

Nota: A Escola Estadual Marly Russo não apresenta número de concluintes devido ao fato da implantação do Ensino Médio ter concretizado somente no ano de 2004.

Constatamos pelo quadro anterior que o ensino médio público é predominante no município de Aquidauana, com 62,5% e o setor privado 37,5%. No percentual de alunos temos 84,90% no setor público e 15,10% no privado, prevalecendo a rede pública tanto em números de instituições, quanto em matrículas. O número de egressos do ensino médio está caindo em relação aos últimos dois anos.

Segundo dados do MEC/INEP (2003) pela primeira vez, naquele ano, o número de vagas colocadas à disposição pelas instituições de educação superior nos vestibulares ultrapassou a quantidade de concluintes do ensino médio do ano anterior. Foram ofertadas, em 2003, dois milhões de vagas e houve um milhão e novecentos mil alunos concluintes do ensino médio. O crescimento do número de vagas foi de 12% em relação ao ano de 2002. No setor privado este aumento foi de 16,5% e nas instituições públicas verificou-se uma diminuição de 4,8% sendo 15,4% representadas pelas instituições estaduais, 2,2% nas federais e um número de 23,2% nas municipais.

A seguir apresentaremos dados coletados por meio de um questionário aplicado a todos os acadêmicos matriculados nas primeiras séries dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus de Aquidauana – UFMS/CPAQ. (Anexo I)

Gráfico I**Escolarização Anterior (Ensino Médio) dos Acadêmicos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS e UFMS/CPAQ - 2004**

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos das primeiras séries da UEMS e UFMS/CPAQ/2004.

Verificamos no gráfico a origem dos acadêmicos no ensino médio e constatamos a predominância do setor público com 67,84% e o ensino privado com 32,16%. (Anexos XII, XII, XIV e XV)

Nos cursos de graduação da UFMS/CPAQ observamos que em todos os cursos oferecidos é predominante a origem dos egressos do ensino médio na rede pública de ensino, significando um percentual de 57,14 dos alunos da administração, 69,69% de biologia, 83,72% de geografia em licenciatura, 75,67% de geografia em bacharelado, 83,78% de história, 69,09% letras, 79,48% em matemática, 81,81% pedagogia com habilitação em séries iniciais, 61,36% pedagogia com habilitação em educação infantil e

63,04 no curso de turismo. (Anexos XII e XIII)

Segundo informações do jornal Folha de São Paulo (2006, p.C1) “ o melhor ensino médio não está nas grandes capitais”, mas sim em escolas do interior, como comprova o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e do próprio SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), quando o MEC avalia a qualidade da educação básica, pois existe a comprovação de que em cidades do interior, o diretor e os professores são membros da comunidade na qual a escola em que prestam serviços está inserida. Isto pode influenciar na melhor participação da comunidade escolar, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem.

Constatamos que a idéia, onde a grande demanda atendida pela educação superior pública tem sua origem na rede privada do ensino médio, não é comprovado em nossa pesquisa, realizada no município de Aquidauana.

Por outro lado, segundo levantamento do Censo da Educação Superior realizado pelo MEC/INEP (2004), os alunos que vieram do ensino médio público representam apenas 46,8% em nível nacional, do total de matrículas nas IES já avaliadas. Isto significa que a maioria dos alunos oriundos do ensino médio público não tem conseguido ingressar na educação superior. Por outro lado as estatísticas produzidas pelo INEP apontam que 33% dos alunos que cursaram todo o ensino médio na rede privada estão nas IES privadas e 51,7% nas públicas. O que nos causa preocupação é que existe a constatação de que as matrículas em estabelecimentos privados na rede do ensino médio é de apenas 12,1% do total de estudantes matriculados neste nível de ensino, segundo o Censo Escolar (2004).

Na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul observamos dois aspectos: no curso de agronomia a predominância é do setor público com pouca diferença no valor de 51,02% contra 48,98% com origem da rede privada. No curso de zootecnia esta

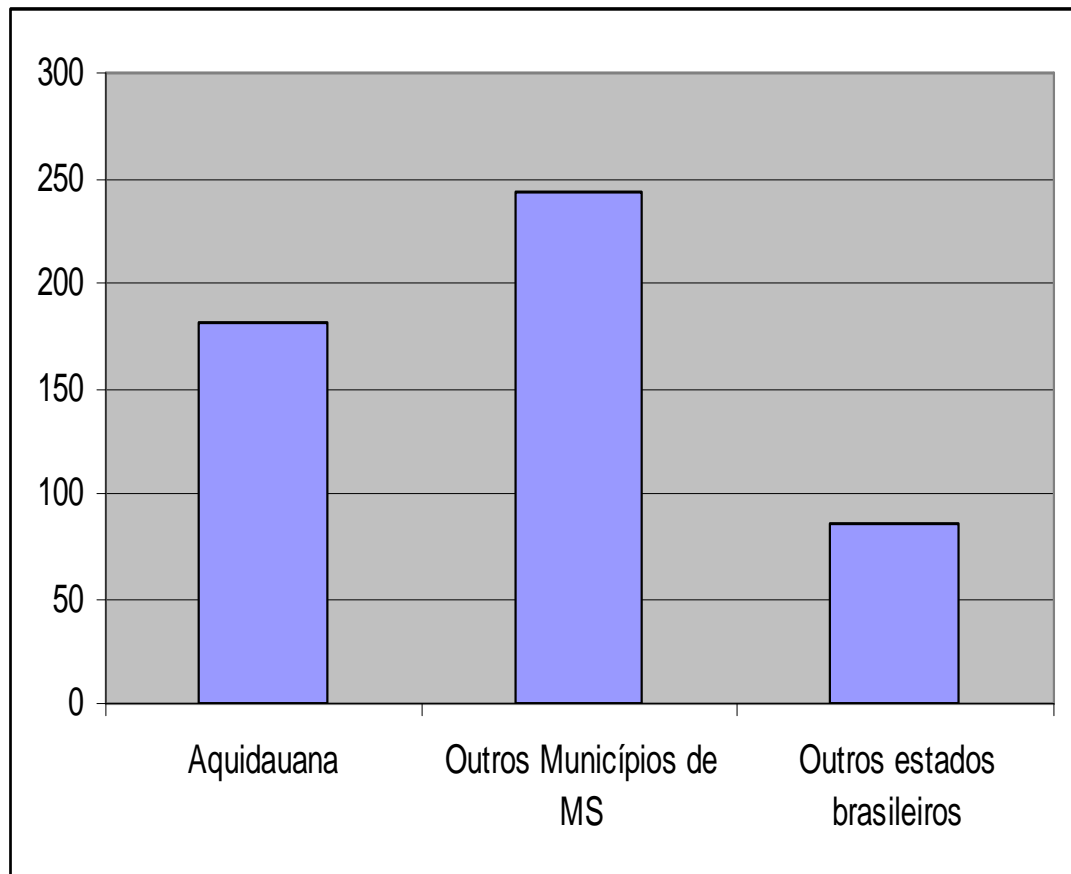
diferença aumenta, pois a predominância continua sendo para a instituição privada com 54,16% e a rede pública com 45,84%. (Anexos XIV e XV)

Acácia Kuenzer (1998) ressalta que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e das relações sociais neste final de século puseram em curso novas demandas de educação, estabelecendo os contornos de uma nova pedagogia, já é afirmação corrente entre pesquisadores e profissionais da educação. Os profissionais da educação devem traduzir o novo processo pedagógico em curso, elucidar a quem ele serve, explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover as necessárias articulações para construir coletivamente alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas, ou seja, que atenda as necessidades de sua clientela com vistas a desenvolver a região.

Kuenzer (2000) propõe-se a desvendar o caráter ideológico do discurso oficial que afirma que o novo ensino médio agora é para a vida, em substituição ao modelo que, ao integrar educação geral e profissional em uma mesma rede, era para o trabalho, entendido como "não vida". A autora mostra que, contrariamente ao discurso, a nova proposta atende aos interesses dos incluídos. Para ser possível, apresenta a nova proposta como democrática, pois é igual para todos. A autora defende uma proposta que permita a todos terem acesso a todas as áreas do conhecimento, mostrando a possibilidade de a escola pública, ao usar diferentes mediações, minimizar os efeitos das desigualdades de continuidade dos estudos, principalmente ao acesso a educação superior.

Gráfico II

**Origem dos Alunos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da
UEMS e UFMS/CPAQ - 2004**



Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos das primeiras séries da UEMS e UFMS/CPAQ/2004.

Ao analisarmos o gráfico anterior verificamos que dos 510 alunos matriculados nas primeiras séries dos cursos de graduação da UEMS e UFMS/CPAQ, no ano de 2004, somente 35,5% são oriundos do próprio município de Aquidauana; 47,8% são de outros municípios de Mato Grosso do Sul e 16,7% são de outros estados brasileiros.

Ao analisarmos os anexos: II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI constatamos que nas duas instituições existe migração de alunos oriundos de 24 municípios de Mato Grosso do Sul e de 11 estados brasileiros, o que comprova que os mesmos procuram a instituição pública de educação superior, onde ela estiver localizada. Constatamos ainda que 31,14% dos alunos que cursam turismo residem em outros estados brasileiros, sendo considerado o curso que tem mais alunos de outros estados e também 22,95% dos que cursam administração.

O curso com menor migração de alunos de outros estados é pedagogia com habilitação nas séries iniciais, pois somente 1,6% pertencem ao estado do Maranhão. (Anexo III)

O estado mais representado é São Paulo com 45,90% do total dos acadêmicos, de todos os cursos oferecidos, seguido por Santa Catarina que tem uma representação de 8,20% e os demais somam 45,90% o que corresponde ao mesmo percentual do estado melhor representado. (Anexos III, IV, V e VI)

O curso mais equilibrado em termos de porcentagem é Letras com 50,90% de seus acadêmicos com origem em Aquidauana e 49,10% de outras localidades. (Anexos II e II)

Na UEMS verificamos que os acadêmicos, em sua maioria, também têm suas origens de outros municípios de Mato Grosso do Sul e outros estados brasileiros. No curso de agronomia este percentual é representado por 67,34% e em zootecnia 81,25%, o que

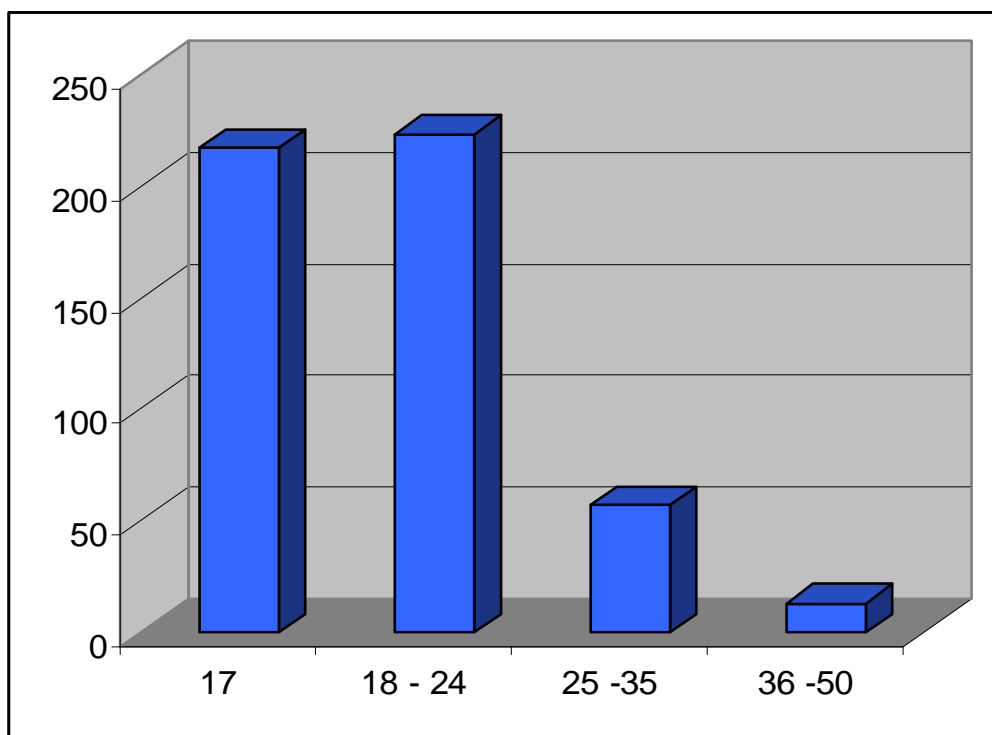
caracteriza o interesse em cursar os respectivos cursos ligados à atividade do campo. (Anexos V e VI)

Os dados apontam que tanto no curso de agronomia quanto em zootecnia o município que apresenta a maior representatividade na origem dos alunos é Aquidauana com 31,50% e em segundo aparece a capital do estado de Mato Grosso do Sul: Campo Grande com a representatividade de 20,54%. Constatamos que alunos de várias localidades estão cursando os respectivos cursos, fator que pode ser explicado pela necessidade de formação para atender as necessidades do mercado, considerando que MS é um dos mais importantes estado para a pecuária e agricultura, pois é o caminho mais fácil para a exportação de produtos para os grandes centros comerciais.(Anexos VII, VIII, IX, X e XI)

Um dos compromissos da UEMS é a interiorização com o objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento às pessoas com necessidades especiais e estudantes de menor poder aquisitivo, que dificilmente teriam condições de chegar à Universidade, atendendo as necessidades das demandas da região na qual a instituição está inserida. Outro é o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico do estado de Mato Grosso do Sul, por meio de ações que possibilitem o incentivo à qualidade do ensino, pesquisa e extensão, possibilitando condições para a população melhorar a qualidade de vida.

Gráfico III

**Idade dos Acadêmicos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da
UEMS e UFMS/CPAQ - 2004**



Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos das primeiras séries da UEMS e UFMS/CPAQ/2004

Na análise do gráfico que representa a faixa etária dos acadêmicos da UEMS e UFMS/CPAQ, constatamos que 42,5% estão com 17 anos, 43,7 estão entre 18 e 24 anos, 11,2% possuem 25 a 35 e somente 2,6% estão com mais de 36 anos, mas encontramos nenhum aluno com mais de 51 anos. (Anexos XVI, XVII, XVIII e XIX)

Podemos verificar pelos dados da UFMS/CPAQ, 8,29% dos acadêmicos estão na faixa etária que antecede a previsão da própria LDB – Lei nº9394/1996, pois de acordo com essa previsão os alunos com 17 anos completos deveriam estar terminando o ensino médio. Quanto a precisão da idade entre 18 a 24 anos, encontramos a maioria dentro desta

faixa etária: 55,60%, significando que 63,89% estão dentro da previsão das políticas públicas. Temos ainda, 20% entre 25 e 30 anos e 16,11% com idade que variam de 36 a 50 anos. (Anexos XVI e XVII).

Conforme dados do Censo da Educação Superior (2004) esta taxa de alunos matriculados na educação superior reflete a presença de estudantes, independentes da faixa etária, embora 60% dos ingressantes estão entre os 18 e 24 anos. Estudantes com idade superior a 24 anos somam, em média, 40% em todo país, embora exista uma distorção entre as regiões brasileiras.

Nos cursos de graduação da UEMS verificamos que a maioria dos alunos são pessoas jovens, sendo que 70% estão na faixa dos 17 anos, 29% possuem entre 18 e 27 anos e 1% possuem idade entre 25 a 30 anos. A característica da demanda também é devido ao funcionamento do curso ser integral. O que pode ser fator determinante na escolha de um curso, pois as pessoas que frequentam os referidos cursos ficam impossibilitadas de trabalharem nos períodos matutino e vespertino. (Anexos VIII e IXIX)

O curso de graduação em Aquidauana que possui a demanda mais próxima das metas do governo federal é Turismo, pois a maioria dos acadêmicos está na faixa etária prevista para a educação superior, representando 91,30% do total frequentes. (Anexo I)

Quadro XII

Ingressos na Graduação Presencial por Faixa Etária – 2004

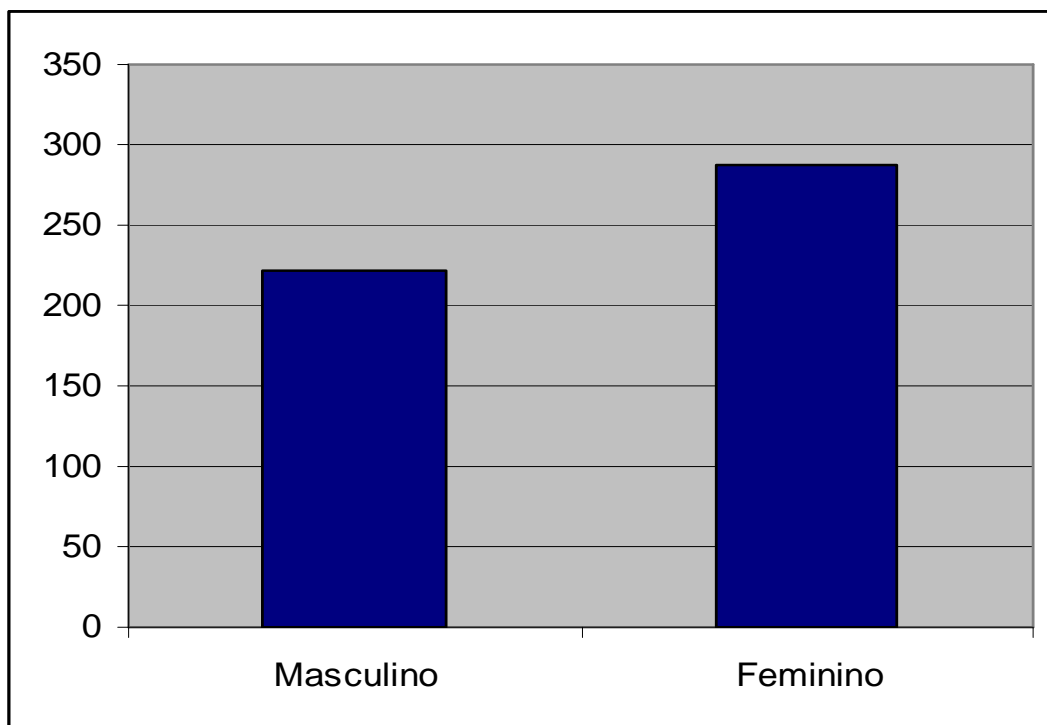
REGIÃO	TOTAL	ATÉ 24 ANOS	MAIS DE 25 ANOS
Sudeste	506.117	61,4%	38,6%
Sul	186.477	63,6%	36,4%
Nordeste	157.446	58,6%	41,4%
Centro-Oeste	86.481	58,9%	41,1%
Norte	41.714	47,7%	52,3%
Brasil	978.235	60%	40%

Fonte: MEC/INEP /2004. (Acessado em 17/012006)

Pelos dados analisados constatamos que a predominância é dos acadêmicos matriculados na educação superior, com idade até 24 anos, embora os maiores índices estejam concentrados nas regiões sudeste e sul. Enquanto que na região nordeste o índice passa a ser menos que a metade de todos os alunos que cursam a educação superior.

Gráfico IV

Sexo dos Acadêmicos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS e UFMS/CPAQ - 2004



Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos das primeiras séries da UEMS e UFMS/CPAQ/2004.

Analisando a questão de gênero dos acadêmicos matriculados nas primeiras séries dos cursos de graduação da UEMS e UFMS/CPAQ percebemos que 56,5% é composto por mulheres e os homens somam 43,5%. (Anexos XX, XXI, XXII e XXIII)

Segundo dados do Censo da Educação Básica do MEC/INEP (2003), as mulheres representam 47,7% das mais de 18 mil matrículas entre a 1ª e 4ª série. Este percentual aumenta na 5ª à 8ª série 50,3%, e finalmente atinge 54,1% do número total do ensino médio. Já na educação superior a representação feminina sobe para 56,4% , como mostramos a seguir:

Quadro XIII

Matrículas na Educação Superior, por Sexo, Segundo Regiões - Brasil – 2004

Regiões	Mulheres	Homens	Diferença
Sudeste	1.143.699	911.501	232.198
Sul	439.432	353.866	85.566
Norte	149.750	100.926	48.824
Nordeste	385.239	294.790	90.449
Centro-Oeste	228.396	156.134	72.262
Total	2.346.516	1.817.217	529.299

Fonte: MEC/INEP/2004. (Acessado em 10/11/2005)

O Censo da Educação Superior (2004) revelou que o sexo feminino é predominante em todas as regiões do país, representando uma diferença de mais de meio milhão de vagas preenchidas. Constatamos que a maior diferença está na região Sudeste e a menor no Norte, como demonstra o quadro XIII. Tais dados comprovam que o município de Aquidauana também está acompanhando a tendência nacional.

O Censo do IBGE (2000) demonstra que as mulheres representam 51,3% da população nacional. Assim podemos ressaltar que a presença do sexo feminino na educação superior é maior do que na população do país. Em relação ao sexo masculino ocorre uma inversão, pois o mesmo representa 47,3% da população e 43,6% dos acadêmicos matriculados nas Instituições de Educação Superior.

Nas instituições públicas elas representam 54,7% e os homens 45,3%, já na

rede privada o sexo feminino apresenta 50,8% e o masculino 49,2%.

O único curso da UFMS/CPAQ onde a predominância dos homens é maior do que as mulheres, é o de administração, pois encontramos 65% do sexo masculino e 34,29% do sexo feminino. O curso de biologia a diferença é pequena: são 51,51% de homens e 48,49% de mulheres. Turismo está dividido igualmente, pois existem 50% de mulheres e 50% de homens. Na UEMS o curso de agronomia apresenta 77,55% de homens e somente 22,45% de mulheres o que demonstra a diferença do domínio masculino. No curso de zootecnia o percentual é de 54,16% masculino e 45,84% feminino. (Anexos XX e XXII).

De acordo com matéria publicada na Folha de São Paulo:

No começo do Gênesis, lemos que Deus, em sua bondade, confia ao homem e à mulher, juntos, a missão de cuidar do mundo. Esse empolgante projeto compartilhado ajuda a colocar no devido lugar a questão do relacionamento entre os sexos. Estamos ante um desafio positivo e abertos: os homens e as mulheres temos de trabalhar juntos, em prol de uma sociedade melhor, com idêntica responsabilidade, com contribuições adequadas ao gênio próprio de cada um. As qualidades masculinas e as femininas precisam uma das outras nessa tarefa coletiva, pois o bem comum somente se alcança mediante um trabalho conjunto [...]. (2006, p.A3)

Tal comentário nos faz refletir que a distribuição de responsabilidades é extremamente relevante na manutenção do equilíbrio que possibilita um respeito entre homens e mulheres trabalhando em conjunto para a evolução da própria humanidade.

2.6 - Oferta de Vagas e Cursos de Graduação no Município de Aquidauana: UFMS/CPAQ E UEMS

Em nossa pesquisa constatamos que o número de vagas oferecido pela

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Aquidauana – UFMS/CPAQ são, atualmente, um total de 440 vagas distribuídas nos 13 cursos implantados na Instituição.

A instituição realiza dois vestibulares durante o ano: um no período de verão, geralmente no mês de dezembro e outro aplicado no inverno; no mês de julho. Segundo informações da Secretaria Acadêmica tal fato se explica pelo motivo da necessidade em atender um número maior da demanda, o que se justifica pela expansão dos cursos implantados nos últimos anos nos *campi* da UFMS.

Verificamos a predominância de cursos com habilitação básica em Licenciatura, que representa 77% dos cursos oferecidos, o que demonstra a continuidade do objetivo para qual o Centro Pedagógico foi instalado, segundo Robba (1993), ou seja, a preocupação com a formação de novos profissionais da área educacional ainda continua até os dias atuais.

Em 2004 não foram realizadas matrículas para o curso de Pedagogia – Licenciatura de Férias, pois conforme informações da secretaria acadêmica não houve demanda dos Municípios de Dois Irmãos do Buriti, Miranda, Nioaque, Corumbá, Anastácio e Bodoquena, conveniados ao Programa de Formação Continuada firmada entre a Universidade Federal e as Prefeituras, que tem o objetivo de atender as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996, que estabelece no artigo 62 que a formação mínima para atuar na educação básica far-se-á em nível superior.

O respectivo curso foi implantado com o objetivo de possibilitar a formação em serviço de professores que não possuem o nível superior, portanto só foram efetivadas as matrículas dos alunos que estavam em séries mais avançadas.

Quadro XIV

Distribuição do número de Vagas, Inscritos e Candidatos por vaga nos vestibulares 1998-2004 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus Aquidauana – UFMS/CPAQ.

Município	1998			1999			2000			2001			2002			2003			2004			
	Nº de Candidatos	Nº de Inscrições	Candidatos/Vagas	Nº de Candidatos	Nº de Inscrições	Candidatos/Vagas	Nº de Candidatos	Nº de Inscrições	Candidatos/Vagas	Nº de Candidatos	Nº de Inscrições	Candidatos/Vagas	Nº de Candidatos	Nº de Inscrições	Candidatos/Vagas	Nº de Candidatos	Nº de Inscrições	Candidatos/Vagas	Nº de Candidatos	Nº de Inscrições	Candidatos/Vagas	
AQUIDAUANA																						
Ciências Biológicas – Lic. Plena	60	30	2,00	124	30	4,13	123	35	3,51	191	35	5,46	126	35	3,60	235	35	6,71	186	35	5,31	
Geografia – Lic. Plena e Bacharelado	66	38	1,74	102	38	2,68	115	45	2,56	197	45	4,38	124	45	2,76	248	45	5,51	162	45	3,60	
História	33	30	1,10	88	30	2,93	81	40	2,03	167	40	4,18	90	40	2,25	-	-	-	-	-	-	
História – Lic. Inverno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	166	40	4,15	136	40	3,40	
Letras – Lic. Plena	78	40	1,95	111	40	2,78	111	45	2,47	134	45	2,98	179	60	2,98	-	-	-	-	-	-	
Letras – Lic. Hab. Port./Esp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	20	2,45	
Letras – Lic. Hab. Port./Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67	20	3,35	
Letras – Lic. Hab. Port./Literatura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	20	2,95	
Matemática – Lic. Plena	28	30	0,93	79	30	2,63	86	40	2,15	85	40	2,13	68	40	1,70	83	40	2,08	82	40	2,05	
Pedagogia – Lic. Plena	31	40	0,78	145	40	3,63	82	45	1,82	146	45	3,24	69	45	1,53	200	45	4,44	-	-	-	
Pedagogia – Lic. Hab. Educ. Inf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66	45	1,47	
Pedagogia – Lic. Hab. Séries Iniciais Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	45	2,04	
Turismo Inverno	-	-	-	-	-	-	355	50	7,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	245	50	4,90	262	50	5,24	279	50	5,58	218	50	4,36	
Geografia Bacharelado Inverno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79	40	1,98	73	40	1,83	66	40	1,65	93	40	2,33	
Administração Inverno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	353	40	8,83	235	40	5,88	197	40	4,93	294	40	7,35	
Letras – Lic. Hab. Port./Esp. Inverno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	204	40	5,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Letras – Licenciatura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109	60	1,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

FONTE: SECRETARIA ACADÊMICA DA UFMS/CPAQ/2004.

No ano de 1998 o Campus de Aquidauana – CPAQ ofereceu seis cursos superiores, todos com habilitação plena em licenciatura totalizando 208 vagas. A demanda foi de 296 inscritos, sendo o curso de Ciências Biológicas, Licenciatura Plena, o mais concorrido com dois candidatos por vaga. Em segundo lugar aparece o curso de Letras, Licenciatura Plena, com 1,95 candidatos por vaga. Mas encontramos cursos cuja demanda foi menor que as vagas oferecidas, como os cursos de Matemática, Licenciatura, e Pedagogia – Licenciatura, que apresentaram índices inferiores a 1,0%.

Outro aspecto a ser destacado em relação aos cursos oferecidos é o fato de todos serem para formação de professores, o que representa a preocupação em qualificar profissionais para a área educacional, atendendo as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996, quanto à formação em nível superior de todos os professores da educação básica. Prevaleceu, ainda, o objetivo da implantação do referido Centro Universitário desde o ano de 1971, que era justamente atender a esta demanda em busca de qualificação profissional.

O único curso com formação para professor e também em bacharelado, é o de geografia.

Em 1999, verificamos que a oferta de vagas permaneceu exatamente como no ano anterior, inclusive a oferta de cursos. Percebemos um crescimento significativo na demanda 320,49% o que aumentou, conseqüentemente, a concorrência nos cursos, prevalecendo como o mais concorrido Ciências Biológicas, Licenciatura. Ao compararmos com o quadro do ano anterior, constatamos que houve um aumento de 106,6% na concorrência do referido curso. Mas o maior destaque foi para o curso de Pedagogia - Licenciatura, que em 1998 apresentou índice de 0,78% e neste ano subiu para 3,63% o que representou percentual de crescimento em demanda na ordem de 467,74%.

Na análise do quadro de vagas e inscritos em 2000, verificamos algumas

alterações: o curso de Ciências Biológicas apresentou um aumento de 14,28% na oferta de vagas, mas a demanda teve uma pequena retração, que significa menor concorrência de 4,13 por candidato/vaga em 1999 para 3,51 neste ano; o curso de Geografia - Licenciatura é oferecido somente com uma formação: Licenciatura Plena e a oferta de vagas também apresentaram crescimento de 15,55%; os cursos de História, Licenciatura, e Matemática, - Licenciatura, apresentam os maiores índices de aumento de vagas de 1999 para o ano 2005, totalizando 25%.

O curso de Letras, Licenciatura, e Pedagogia, Licenciatura, apresentam índices de crescimento de 11,11% em suas vagas, pois Letras oferecia habilitações em português/literatura e português/inglês, ampliando a oferta de vagas para a segunda habilitação, porém o número de inscritos permaneceu o mesmo. Entretanto, o índice de crescimento das características de retração se observou nas inscrições do curso de Pedagogia no qual constatamos menos 76,82% e a concorrência que era de 3,63 c/v em 1999 passou a ser 1,82 c/v em 2000. Este fato deve-se a implantação do curso de Turismo, pois é algo novo na região e um curso promissor no país que tem investido na área do turismo. Foram oferecidas para o respectivo curso 50 vagas e o número de inscritos totalizou 355, o que significa 7,10 c/v, tornando o curso mais concorrido do campus, o que apresenta pelos dados analisados o início da expansão de cursos para esta instituição de educação superior.

Segundo dados do Censo da Educação Superior (2003) demonstrados pelo INEP, o decréscimo nas vagas do setor público não se traduziu em diminuição no número de matrículas efetuadas, que ao contrário, registraram um crescimento médio de 8,1%. Nas instituições federais ocorreu um aumento das matrículas em 2003 no percentual de 6,8%, considerado o maior dos últimos três anos. Isto se justifica pelo aumento na oferta de vagas, explicada, principalmente pela oferta de cursos circunstanciais de atendimento a

demandas localizadas para curso de formação de professores em serviço, o que não aconteceu mais a partir de 2003.

A implantação de novos cursos é fator essencial para expansão de vagas nas instituições de educação superior localizadas em municípios do interior. Verificamos, em 2001, aumento no índice de oferta de vagas de 28,57% que correspondem àquelas oferecidas nos novos cursos, pois os cursos já existentes permaneceram com os mesmos números do ano anterior. Os cursos implantados são: Administração, Geografia Bacharelado (que voltou a ser oferecido) e Letras, - Licenciatura com Habilitação em Português/Espanhol, todos oferecendo 40 vagas. Ocorre um grande aumento no número de inscritos que representa um índice de 91,66 em relação ao ano anterior.

Observamos que mesmo com a criação dos novos cursos com habilitação para licenciatura, o curso mais concorrido é Administração, que será registrado como o curso com maior número de inscritos da UFMS/CPAQ, pois segundos dados do MEC/INEP é um curso que está em grande expansão nas instituições de educação superior de todo país. E sendo oferecido em uma instituição pública é fator determinante para quem resolve fazê-lo. É interessante observamos que existe em todos os anos um interesse da demanda que mantém o curso de Ciências Biológicas - Licenciatura Plena como o segundo mais concorrido com 5,46 c/v.

Verificamos em 2002 algumas alterações: na área de Geografia foram oferecidos cursos somente em áreas e períodos específicos, ou seja, no vestibular de verão o respectivo curso com habilitação em Licenciatura com 40 vagas, funcionando no período noturno, e no vestibular de inverno, Bacharelado, com 40 vagas, no período vespertino, pois segundo informações da própria direção esta adequação se faz necessária pela falta de espaço físico no período noturno e na ociosidade do prédio nos períodos diurnos.

São oferecidas 60 vagas para o curso de Letras tanto no vestibular de verão

como no inverno. O curso de História também é oferecido nos dois vestibulares respectivamente com 40 vagas. Um fato que merece destaque é que embora o número de vagas apresente uma alta no índice de 15% em relação ao ano anterior, ocorreu uma retração de 27,18% quanto ao número de candidatos inscritos, o que representa uma queda na concorrência por candidato.

O número de concorrentes por vagas oferecidas nos cursos aumentou na maioria dos cursos, exceto no curso de Letras - Licenciatura de verão que permaneceu com o mesmo percentual de 2,96.

O curso Turismo apresentou um pequeno índice de elevação de 0,34. E também verificamos uma queda considerável na procura do curso de História de inverno em relação ao ano anterior ma queda de 3,28% por candidato/vaga.

Analisando o ano de 2003 constatamos que deixaram de ser oferecidos três cursos: Letras, Licenciatura, de verão e inverno e História verão, que a partir daquele ano foi oferecido somente no vestibular de inverno. Tal fato, segundo informações da direção, deve-se principalmente a falta de espaço físico nos dois *campi* da instituição conhecidos como Unidade I e II em espaços distintos, para funcionar todos os cursos. Assim, ocorreu uma queda de 47,76% na oferta de vagas enquanto o índice de candidatos inscritos é elevado em 3,93 c/v. Surpreendentemente verificamos que a preferência dos candidatos continua sendo maior para o curso de Ciências Biológicas – Licenciatura com 6,71% c/v, pois a região é propícia para esta formação, o mercado de trabalho absorve nas áreas biológica e educacional. O curso menos concorrido é o curso de Geografia Bacharelado com índice de 1,65% c/v; quando os alunos percebem que para o mercado de trabalho esta área já está saturada, tentam o curso que atende a área educacional.

O Censo da Educação Superior (2003) ressalta que a disputa por vagas nas universidades privadas, em 2003, foi a menor dos últimos 11 anos. Entre 1993 e 2003, o

número de candidatos/vaga caiu de 3,7 para 2,4. Nas universidades particulares, a relação teve um decréscimo de 2,4 para 1,5. Mas o número de candidatos por vaga subiu de 6,6 para 8,4 nas universidades públicas. O que contrasta é que nesse mesmo período ocorreu um aumento de 64% no número de vagas ofertados pelas universidades públicas, diante de um crescimento de mais quatro vezes o número de vagas nas instituições privadas.

O *campus* de Aquidauana ofereceu em 2004 um percentual de vagas superior ao ano anterior em 23,86% e também trouxe algumas alterações: o curso de Letras, Licenciatura, foi oferecido com três habilitações distintas: português/espanhol, português literatura e português/inglês. Iniciou-se a primeira turma, com seleção específica para a habilitação em português/espanhol, o total de sessenta vagas foi dividido em 20 vagas para cada Habilitação: Inglês, Espanhol e Literatura. Outra alteração foi determinada por um decreto do MEC, que dividiu o curso de Pedagogia em duas Habilitações específicas; Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme a LDB, Lei nº9394/96, que determina os três níveis para a Educação Básica; por este motivo faz-se necessária a formação específica em cada nível.

Quadro XV

Ofertas de Vagas e Cursos de Graduação na UEMS 1996 – 2004

CURSOS	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
ZOOTECNIA	50	50	50	50	50	40	50	50	50
AGRONOMIA	--	--	--	--	--	50	50	50	50
NORMAL SUPERIOR INDÍGENA	--	--	--	--	50	--	--	--	--
TOTAL	50	50	50	50	100	90	100	100	100

FONTE: Secretaria Acadêmica UEMS/ Unidade de Aquidauana (2004)

A Unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, de Aquidauana, ofereceu desde o ano de 1996 o curso de Zootecnia, sempre com o mesmo número de vagas, com exceção de 2001, quando ofertou somente 40. O curso de Agronomia foi implantado somente em 2001 com 50 vagas e continuou nos anos subsequentes oferecendo o mesmo número. Os cursos acima citados foram implantados no município de Aquidauana com o objetivo de atender as necessidades da região, pois a mesma apresenta uma forte atividade pecuária, possuindo inclusive, dois frigoríficos que atendem o mercado brasileiro e também internacional. Outra atividade que vem se desenvolvendo com incentivos públicos e privados é a agricultura, por meio de grandes e pequenos cultivos.

Em 2000 foi oferecido o curso Normal Superior Indígena para atender às necessidades de formação profissional específica dos indígenas oriundos dos municípios de Miranda, Bodoquena e outros.

Verificamos que não ocorreu expansão expressiva de vagas, pois existem somente dois cursos sendo oferecidos; o curso Normal Superior Indígena já foi concluído.

2.7 Ampliação de Matrículas nos Cursos de Graduação na Educação Superior Pública no Município de Aquidauana: UFMS/CPAQ e UEMS

Quadro XVI

Matrículas nos Cursos de Graduação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Aquidauana – UFMS/CPAQ 1996 - 2004

CURSOS	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
CIÊNCIAS - LICENCIATURA DE PRIMEIRO GRAU	85	59	28	05	--	--	--	--	--
CIÊNCIAS - LICENCIATURA - HABILITAÇÃO EM BIOLOGIA	86	58	42	33	12	08	01	--	--
GEOGRAFIA - LICENCIATURA E BACHARELADO	142	162	156	153	167	157	114	91	57
HISTÓRIA - LICENCIATURA	119	121	124	126	139	155	159	157	148
LETRAS - LICENCIATURA PORTUGUÊS E LITERATURA	146	136	124	118	124	114	146	134	67
GEOGRAFIA - LICENCIATURA	18	21	29	43	45	54	89	122	145
GEOGRAFIA - BACHARELADO	01	01	01	03	04	04	01	01	01
PEDAGOGIA - LICENCIATURA	--	40	77	120	155	183	189	179	128
LETRAS- LICENCIATURA – HABILITAÇÃO EM PORTUGUÊS E INGLÊS	--	26	51	63	77	78	93	111	109
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	--	30	60	93	125	152	143	153	147
MATEMÁTICA -LICENCIATURA	--	30	60	94	132	151	153	163	173
TURISMO	--	--	--	--	50	98	146	154	150
PEDAGOGIA – LICENCIATURA - FÉRIAS	--	--	--	--	327	295	388	386	99
LETRAS - LICENCIATURA PORTUGUÊS ESPANHOL	--	--	--	--	--	04	13	27	46
ADMINISTRAÇÃO - INVERNO	--	--	--	--	--	40	78	115	154
GEOGRAFIA – BACHARELADO INVERNO	--	--	--	--	--	40	75	105	137
LETRAS – LICENCIATURA PORTUGUÊS ESPANHOL INVERNO	--	--	--	--	--	40	31	29	23
PEDAGOGIA – LICENCIATURA HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	--	--	--	--	--	--	--	--	46
PEDAGOGIA – LICEN. HAB. NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	--	--	--	--	--	--	--	--	47
TOTAL	597	684	752	851	1357	1573	1819	1927	1677

FONTE: Secretaria Acadêmica da UFMS/CPAQ (2004).

Analisando o quadro de matrículas do Centro Universitário de Aquidauana

após o ano de aprovação da LDB - Lei nº9394/96, observamos que ocorreu um aumento significativo na expansão de matrículas, representando um crescimento de 280,90% de 1996 a 2004.

O curso de Ciências sofreu alterações, pois em 1996 tinha duas Licenciaturas: para o primeiro grau e habilitação em Biologia, sendo extinto gradativamente. Em 1997 é transformado em curso de Ciências Biológicas, Licenciatura, atendendo as exigências da nova LDB – Lei nº 9394/1996, que determina formação específica aos professores que atuarão na educação básica, sendo extinto o ensino de primeiro grau, passando a ser ensino fundamental, sendo considerado o curso de formação para professores mais concorridos pela demanda.

Para o curso de Geografia, Licenciatura e Bacharelado, foram mantidas as ofertas de 38 vagas no vestibular até o ano de 1999, embora os acadêmicos tivessem a opção de escolher somente uma formação. Em 2000 ocorreram mudanças na grade curricular e as áreas de Licenciatura e Bacharelado foram separadas, definitivamente, no vestibular do respectivo ano é oferecida somente a primeira opção com aumento do número de 38 vagas para 45, o que significa um aumento no índice de 15,55%. Entretanto, no vestibular de inverno do ano seguinte o Bacharelado volta a ser oferecido com 40 vagas, conforme análise das matrículas.

O curso de História, Licenciatura Plena, até 2001 foi realizado no vestibular realizado no verão, sendo oferecidas 40 vagas, mas a partir de 2002 ele passa a ser oferecido no vestibular de inverno. Percebemos que, o número de matrículas varia de acordo com a aprovação dos alunos de uma série para outra, pois conforme informações da secretaria acadêmica da UFMS/CPAQ não existem vagas ociosas nas primeiras séries de todos os cursos.

Verificamos que o curso de Letras até o ano de 1996 foi oferecido

especificamente com Habilitações em Português/ Literatura. A partir de 1997 os alunos já matriculados no respectivo curso poderiam fazer opção por Habilitação em Português/Inglês. Somente em 2001 foi implantado o curso de Letras com Habilitação específica em Português/ Espanhol que possui 40 alunos matriculados. Embora no vestibular de verão permanecesse a oferta de 45 vagas para as outras habilitações, todos os alunos freqüentavam o mesmo curso e depois do período de um ano poderiam optar por habilitação em Português/Literatura ou Português/Inglês. Percebemos um número decrescente na Habilitação Português/ Espanhol devido ao fato da turma de 2002 só poder freqüentar após um período do curso. Em 2003 não tivemos vestibular para o curso de Letras, mas constatamos que a Habilitação Português/Inglês é a mais procurada pelos acadêmicos, considerando as exigências do mercado e a falta de professores habilitados nas respectivas áreas conforme dados da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte de Aquidauana – SEMEC, que possui em seu quadro de professores somente três profissionais efetivos para atender toda rede.

Observamos que somente em 1997, após aprovação da LDB, foi implantado o Curso de Pedagogia, Licenciatura, sendo oferecido até 2003 com as duas habilitações específicas: educação infantil e séries iniciais. Em 2004, com as determinações do MEC o referido curso é dividido em nas duas habilitações, com opção de formação. Assim o curso que oferece habilitações nas duas formações será extinto gradativamente até o ano de 2006.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, em convênio com as prefeituras dos municípios da região implantou em parcerias com as prefeituras da região, em 2000, o Curso de Pedagogia de Férias, com o objetivo de possibilitar aos profissionais de educação que estão atuando, mas que ainda não possuem o nível superior, conforme determina o Art.87, inciso IV, § 4º que determina que até o final da Década de Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior

ou formados por treinamento em serviço. Assim, constatamos pelo elevado número de matrículas que muitos professores ainda não possuíam a formação solicitada.

Segundo informações da Secretaria Acadêmica da UFMS/CPAQ, o número de matrículas, no curso acima citado, diminuiu em 2004 devido ao fato da conclusão de turmas e a falta de demanda para abertura de novas, o que significa uma melhor qualificação aos professores e possivelmente uma melhor qualidade no ensino.

O curso de Matemática também foi implantado a partir de 1997, mas atualmente oferece 45 vagas, o que corresponde pelo número de matrículas, um índice de aumento no valor de 476,66% em oito anos.

Verificamos que o curso de Turismo foi implantado em 2000, sendo o que oferece o maior número de vagas, mas constatamos que pelo número atual de matrículas existiram muitas evasões, se considerarmos que para cada série deveriam ter 50 matrículas. A importância de sua implantação deve-se ao fato da potencialidade turística da região, conforme dados do poder executivo municipal, que possui programas de incentivo ao turismo na região. Considerando também a ótima localização do município de está localizado no chamado: Portal do Pantanal.

Um dos últimos cursos a ser implantado na UFMS/CPAQ foi Administração, em 2001, quando 40 alunos efetivaram suas matrículas. Percebemos que o número total de alunos matriculados também não condiz com a oferta de vagas, pois em 2004 somente são encontrados 154, o que significa uma evasão, talvez pela maioria dos acadêmicos serem oriundos de outros municípios e estados, conforme pesquisa realizada com os acadêmicos das primeiras séries.

Informações prestadas pela Secretaria Acadêmica da UFMS/CPAQ, e cópia das listas das turmas dos primeiros anos de todos os cursos oferecidos, todas as vagas oferecidas são preenchidas, pois existe a possibilidade de existirem até 10 chamadas para

os alunos aprovados, e caso não ocorra o preenchimento de todas é ofertada como vaga remanescente, ou seja, coloca-se as vagas à disposição dos alunos aprovados na mesma área de conhecimento e são selecionados aqueles que conseguiram a maior média. Por este motivo não existem vagas ociosas. Segundo informações do Censo de Educação Superior (2003) realizado pelo INEP, apenas 42% dos acadêmicos que ingressam neste nível de ensino, completam seus estudos, causando uma grande defasagem entre alunos que entram e saem da educação superior em nosso país. Este mesmo problema vem sendo analisado desde 1993, quando os percentuais dos que conseguiam concluir seus cursos era de 56,6%. Os estudos comprovam que no ano de 2002 este percentual de evasão na educação superior ficou próximo aos 38%, o que significa que de cada 100 acadêmicos, 62 desistiam ou ficavam pelo caminho, não conseguindo concluir seus estudos.

Em contrapartida desde 1993 o número de acadêmicos que entraram nas universidades quase triplicou, cresceu 172,6%, ou seja, cerca de 440 mil para 1,262 milhões. Mas o número dos alunos que concluíram seus cursos aumentou somente 114%, aproximadamente de 240 mil para 528 mil, o que significa um pouco mais que o dobro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central a análise das características da educação superior pública no município de Aquidauana, do estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto foram estudadas duas instituições públicas: a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus de Aquidauana - UFMS/CPAQ e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

As mudanças ocasionadas pelas políticas educacionais no Brasil não podem ser compreendidas sem o entendimento das contingências históricas e econômicas que dão sustentação ao cenário das transformações do mundo atual. No texto buscamos investigar elementos que nos ajudaram a compreender melhor, nesse quadro, a reforma do Estado brasileiro e suas conseqüências na área educacional, destacando a organicidade das políticas para a educação superior no Brasil e suas ligações com os organismos mundiais, particularmente com as premissas básicas do Banco Mundial, direcionadas para a América Latina.

Com base nessas concepções, ou seja, das orientações dos organismos multilaterais pode-se afirmar que uma das causas da reforma para a educação superior foi o financiamento dos recursos destinados à manutenção desse nível de ensino. A Constituição Brasileira, de 1988, em seu Art. 211, estabelece que a União tem a obrigação de aplicar na

educação nunca menos de 18% e os estados e municípios no mínimo 25% da receita resultante dos impostos. Porém, os estudos realizados pelos pesquisadores da área, têm comprovado que os governos, nos últimos anos, especialmente dos anos 1990 em diante, têm desenvolvido uma política de redução de verbas para as IES públicas, o que tem estimulado o crescimento do setor privado e acentuado a crise do setor público.

Ao iniciar a década de 1990 a educação superior no Brasil passou por profundas mudanças. Ocorreu grande aumento da demanda por vagas e seu atendimento por um crescente e pouco controlado número de instituições privadas tem sido marcas dos últimos tempos, juntamente com o declínio da participação das universidades públicas na formação de pessoal de nível superior. Com o governo Fernando Collor, eleito no ano de 1991 com o discurso da necessidade de modernizar o país, deu-se início à reforma neoliberal, reforçada nos mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso como consequência de uma crise causada pelo elitismo que marca a história de educação superior e pelo modelo de universidade de pesquisa que por ser oneroso se torna, segundo os governantes, insustentável pelo poder público. Assim, o governo federal implementou reformas com objetivo de reduzir a presença do Estado na área educacional, seguindo as recomendações do Banco Mundial, que defende veementemente o atendimento ao ensino básico pelo Estado, deixando a responsabilidade dos demais níveis para a iniciativa privada.

Um dos marcos dessas recomendações foi a elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96, quando o Estado passa a assumir papel destacado no controle e na gestão de políticas educacionais para todo o país.

Os resultados preliminares de nossa pesquisa apontam que a expansão da educação superior não é necessariamente, um fenômeno local. Como parte de uma política

que vem sendo implementada em âmbito nacional é evidente sua ocorrência nas demais partes do país, embora, em cada uma, com diferenciações de tempo e lugar.

Não podemos contestar a urgente necessidade da expansão da educação pública no Brasil. Aumentar a quantidade de matrículas neste nível de ensino é questão extremamente relevante e essencial para o desenvolvimento nacional e também local, pois a atual situação, baseada no aumento de oferta de vagas em instituições privadas, muitas com fins lucrativos, não pode ser aceitável. Além de se tornarem do ponto de vista acadêmico, de qualidade duvidosa, principalmente nos cursos da área de ciências humanas.

O aumento das vagas nas universidades públicas necessita ser realizado mediante projetos, elaborados pelas próprias instituições, levando em conta as especificidades de cada realidade e promovendo as condições adequadas de infra-estrutura e pessoal capacitado, principalmente o corpo docente. Trata-se de política pública que o Estado deveria assumir como prioridade de governo.

No mundo todo, a riqueza econômica e cultural de um país depende da qualidade de sua educação. A educação superior deve ser um bem público, e não estar à serviço das elites, ela não pode beneficiar somente aquele que consegue pagar para obter um diploma. Ela precisa formar bons professores, pesquisadores e profissionais das mais diversas áreas. Assim, a educação superior revela-se absolutamente relevante para a independência econômica e cultural das nações, possibilitando o seu desenvolvimento.

Embora exista uma grande expansão da educação superior, principalmente no setor privado, com ênfase para as instituições empresariais, os dados estatísticos do MEC/INEP, evidenciam que somente 9% da população brasileira, com idade entre 18 e 24 anos, tem acesso a este nível de ensino. Enquanto que a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação é de 30%, com garantia de que pelo menos 40% deste total estariam sendo absorvida pelo setor público.

Verificamos pelos dados do Censo de Educação Superior do MEC/INEP (2004) que existiam no Brasil 2.013 IES, sendo 224 públicas e 1.789 privadas, o que representa uma diferença de 1.565 instituições a mais para o setor privado, o que pode inviabilizar o cumprimento do PNE, que prevê uma participação do poder público, com pelo menos, 40% do total das vagas oferecidas. Constatamos que 1.294 estão localizadas nos municípios do interior dos estados brasileiros e 719 nas capitais

Constatamos, ainda que existiam 119 Faculdades Integradas, sendo 2,5% públicas e 97,5% privadas, estando 70,5% no interior e 29,5% nas capitais. Encontramos 1.474 Faculdades, Escolas e Institutos, sendo somente 86 pertencentes à rede pública e 1.388 privadas; tal fato se justifica pelo menor custo na manutenção de cursos e instituições que não promovem a pesquisa. E destas 909 estão nos interiores, atendendo uma clientela que não tem acesso a este nível de educação.

Em Mato Grosso do Sul, no ano de 2004, existiam 43 instituições de educação superior, sendo que 95,35% privadas e somente 4,65% públicas. É interessante ressaltarmos que desde a aprovação da LDB, Lei nº9394/96, o número de instituições públicas não se expandiu, mas o setor privado teve um crescimento de 104,05% sendo representadas pelas Faculdades Isoladas, Centros Universitários e Faculdades Integradas.

Com relação aos dados analisados nesta dissertação, que retratam também as características do alunado que ingressa nas universidades públicas, foram aplicados questionários a todos os alunos matriculados nas primeiras séries de todos os cursos das duas Instituições do município de Aquidauana, eles indicam que, naquele município, o ensino privado não se instalou.

Os cursos predominantes ofertados pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, no Município de Aquidauana, são os de licenciatura representando 77% do total contra 23% que representam os cursos de: turismo, geografia bacharelado e

administração, o que comprova que a maioria está voltada para a formação de profissionais que atenda a área educacional do município e região, de acordo com a necessidade de expandir a educação básica, por meio das determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96.

Constatamos também que somente 35,88% dos acadêmicos são oriundos do próprio município de Aquidauana e 64,12% são de outros municípios do estado de Mato Grosso do Sul e outros estados brasileiros, o que comprova a grande imigração de alunos, em busca da educação superior pública. Além disso, 67,84% são egressos de escola pública contra 32,16% de instituições privadas. Esse dado revela que a idéia de que a grande demanda atendida pela educação superior pública é originária da rede privada do ensino médio, em nossa pesquisa não se confirmou.

Quanto à expansão de matrículas, observamos um crescimento significativo na UFMS/CPAQ do período de 1996 a 2004, no total de 280,90%, o que pode ter contribuído para a democratização de acesso da educação superior em toda a região.

Temos consciência de que a educação superior é estratégica para um país como o Brasil, por isso necessitamos ampliar as oportunidades de acesso a esse nível de educação. Sabemos que nosso país passa por dificuldades, inclusive, nos últimos anos o Estado brasileiro perdeu capacidade de investimento, mas não podemos aceitar que tal fato justifique o prolongamento de políticas pautadas pela desvalorização das instituições educacionais públicas. As políticas públicas para a educação superior têm contribuído para crescente desqualificação e mercantilização de um bem público absolutamente relevante e estratégico para o desenvolvimento da nação e para a promoção da inclusão social, realmente, duradoura e estável.

Os governos, de maneira pouco coerente, têm utilizado a falta de recursos para justificar a grande redução dos investimentos nas instituições públicas, mas ao mesmo

tempo aplicam a renúncia fiscal nas instituições privadas, para expandir o número de vagas e possibilitar o acesso dos menos favorecidos, por meio de políticas compensatórias, que, na verdade, são medidas isoladas e que devem ser acompanhadas de mudanças estruturais, do ponto de vista econômico, social, racial e educacional.

Os dados apresentados nesta pesquisa evidenciaram também que a expansão da educação superior, verificada nos últimos anos, está sendo patrocinada pelo setor privado. A rede pública está crescendo lentamente se compararmos com a rede privada, encontrando dificuldades para atender a demanda que necessita de formação superior.

Sugerimos que novos estudos venham a contribuir para desvendar as causas que, de maneira exterior ao sistema educacional, conduziram à atual situação da educação superior no Brasil. Não acreditamos que a crise das universidades públicas tenha sido consequência apenas da aceitação do discurso neoliberal e da subordinação deliberada dos governantes à lógica da globalização e do pensamento único. As crises do financiamento das instituições universitárias públicas necessitam ser entendidas no interior de um motivo maior, que é a crise fiscal do Estado brasileiro, que tem sua origem no esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações, das mudanças no mercado financeiro internacional e a quantidade de financiamento aos países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no debate internacional**: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação. Universidade do Minho Braga, Portugal: Revista Portuguesa de Educação, 2000. ano/vol.13, número 02

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCION Y FOMENTO/BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior**: as lecciones derivadas de la experiência. Washington: Banco Mundial, 1995.

BEGOSSI, Vilma. Coleção... Acompanhe o Centro Universitário de Aquidauana nos seus 25 anos de trabalho. **O Pantaneiro**. Aquidauana - MS. 1995. Edições: 161 a 1714; 1718 a 1720 - 21, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 31 e 32.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

BITTAR, Mariluce. “**Educação Superior** – o vale tudo na mercantilização do ensino”. *QUAESTIO*. V.1, maio, 2002.

BITTAR, Mariluce; DAL MORO, Nataniél. **A LDBEN como marco na política de educação superior e na formação de professores em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UCDB, 2003. (Relatório de Pesquisa).

_____; SILVA, Maria da Graça Martins da; VELOSO, Teresa Christina M. Aguiar. Processo de interiorização da educação superior na Região Centro-Oeste: particularidades dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. In: **Série Estudos**. Campo Grande, MS: Ed. UCDB, 2003.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892 - 1997)** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1997.

BRASIL, MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, 1993.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº5540/68**. Brasília, 1968.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/1996**. Brasília, 1997.

_____. Decreto n.3276 de 6 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores, para atuar na educação básica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 8 dez. 1999, Seção 1, p.16.

_____. **Plano Nacional de Educação – Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Brasília: Plano, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, Luiz Antonio. **Qual universidade?**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

DIDONET, Vital. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Editora Plano, 2000.

DOURADO, L.F. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: UFG, 2001.

FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque (org). **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Da Universidade modernizada a universidade disciplinada**. São Paulo: Cortez, 1991

FERNANDES, Eloísa Bittencourt. **Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul 1979-2001**. Campo Grande: UCDB (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós - Graduação - Mestrado em Educação, 2003.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 1977.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

GUIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acacia Z. **O ensino médio agora é para a vida**: entre o pretendido, o dito e o feito. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 70, p. 15-39 abril, 2000.

_____. **"A formação de educadores no contexto das mudanças do mundo do trabalho**: Novos desafios para as faculdades de educação". *Educação & Sociedade* nº 63, ano XIX, ago. 1998.

MELHOR ensino médio do país está no interior. **Folha de São Paulo**. São Paulo.12-03-2006.

O mundo precisa do gênio feminino. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 8-03-2006.

ROBBA, Cláudio. **Aquidauana Ontem e Hoje**. Campo Grande: [s.e.], 1992.

ROCHA, Marcelo Pereira. **Processo de Expansão e Interiorização da Educação Superior Privada em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UCDB, 2004.

ROSA, João Pereira da. **As Duas Histórias da Universidade: 1966- 1978**. Campo Grande, MS: ACR/RTR: UFMS, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino Público e algumas falas sobre universidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SGUISSARDI, Valdemar ; SILVA JR, João dos Reis. **Novas faces da educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: usf –ifan, 2001.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: WARDE, M.J. et al. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 75-123.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em Tempos de Transição : 1985 – 1995**. Brasília: Plano, 2000.

VERZA FILHO, Mário. **O Centro Pedagógico de Aquidauana – Gestão – Dóris Mendes Trindade**. Aquidauana (Monografia) Especialização em História, 2000.

Sites consultados na internet:

<http://www.copeve.ufms.br/> Acessado em 13 de julho de 2005

<http://www.ibge.gov/> Acessado em 10 de agosto de 2005

<http://www.uniderp.br/> Acessado em 10 de agosto de 2005

<http://www.cepo.com.br/> Acessado em 11 de setembro de 2005

<http://www.mec/inep/seec/2004/> Acessado em 10 de outubro de 2005

<http://www.uems.gov.br/história/> Acessado em 29 de outubro de 2005

<http://www.cjf.gov.br/atlas/> Acessado em outubro de 2005

<http://www.ms.gov/2004/> / / Acessado em 30 outubro de 2005

<http://www.mec/inep/2004/> Acessado em 30 de outubro de 2005

<http://www.ufms.gov.br/> Acessado em 10 de novembro de 2005

<http://www.uems.gov.br/> Acessado em 13 de novembro de 2005

<http://www.icepa.com.br/> / Acessado em 13 de dezembro de 2005

<http://www.schwartzman.org.br/simon/futuro.htm/1994/> / Acessado em 20/01/2006

ANEXOS

Anexo I**MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ACADÊMICOS****UFMS/CPAQ E UEMS/2004**

1 – INSTITUIÇÃO QUE ESTUDA _____

2 – CURSO QUE ESTÁ MATRICULADO _____

3 – SEXO MASCULINO FEMININO

4 – ESCOLA ONDE CURSOU O ENSINO MÉDIO

PÚBLICA PRIVADA

5 – LOCALIDADE DA ESCOLA

AQUIDAUANA – MS

OUTRO MUNICÍPIO _____ ESTADO _____

OUTRO PAÍS _____

6 – ANO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO _____

7 – COM QUE IDADE CONCLUIU O ENSINO MÉDIO _____ -

8 – RESIDIA NO MESMO MUNICÍPIO ONDE CURSOU O ENSINO MÉDIO?

SIM

NÃO. ONDE? _____

9 – COM QUE IDADE INGRESSOU NA EDUCAÇÃO SUPERIOR?

Anexo II

Origem dos Alunos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UFMS/CPAQ -2004

Município	Admin.	Biologia	Geografia Lic.	Geografia Bacha	História	Letras	Matemática	Pedagogia S.I.	Pedagogia E.I.	Turismo
Aquidauana	5	18	20	10	14	28	18	14	23	8
Outros	30	15	23	27	23	27	21	30	21	38
Total	35	33	43	37	37	55	39	44	44	46

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UFMS/CPAQ/2004.

Anexo III

Alunos Oriundos de outros Estados Brasileiros - UFMS/CPAQ - 2004

ESTADOS	ADMIN.	BIOLOG..	GEOG LIC.	GEOGR. BACH.	HISTÓRIA.	LETRAS	MAT.	PEDAG. S.I	PEDAG. E.I.	TURISMO	TOTAL
CEARÁ	01	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
MARANHÃO	01	--	--	--	--	--	--	01		--	02
MATO GROSSO	01	--	--	02	--	01	--	--	--	02	06
MINAS GERAIS	01	--	--	02	--	01	02		01	03	10
PARÁ	01	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
PARANÁ	01	--	01	--	--	--	--	--	--	--	02
PIAUI	02	--	--	--	--	--	--	--	--	--	02
PERNAMBUCO	01	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
RIO DE JANEIRO	01	01	--	01	--	--	--	--	--	--	03
SANTA CATARINA	02	01	--	--	01	--	--	--	--	01	05
SÃO PAULO	02	02	02	02	02	02	01	--	02-	13	28
TOTAL	14	04	03	07	03	04	03	01	03	19	61

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UFMS/CPAQ/2004.

Anexo IV

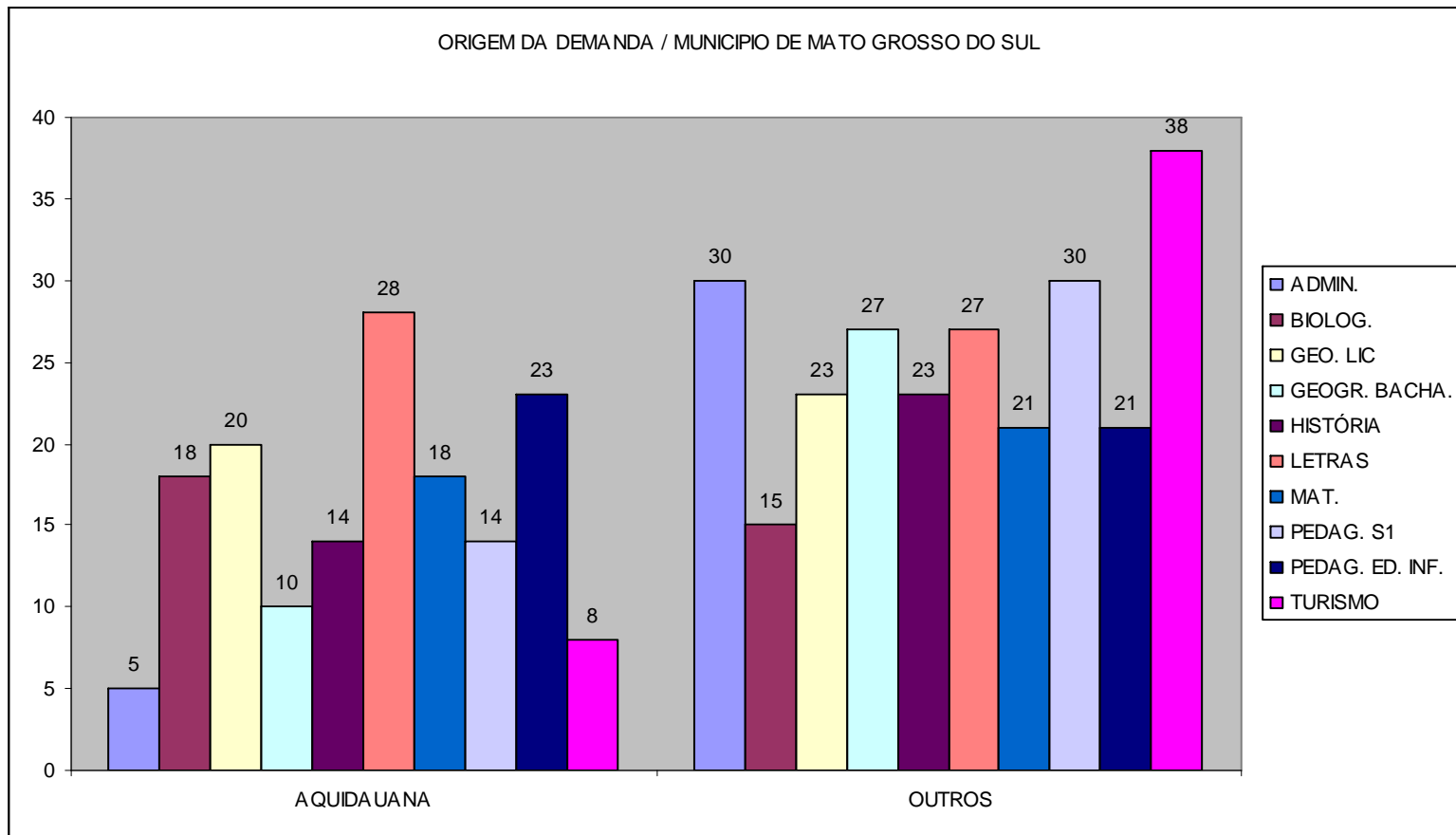
Alunos Oriundos de Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPAQ - 2004

MUNICÍPIO	ADMIN.	BIOLOG.	GEOG LIC.	GEOGR. BACHA.	HISTÓRIA.	LETRAS	MAT.	PEDAG. SI	PEDAG. ED. INF.	TURISMO	TOTAL
AQUIDAUANA	05	18	20	10	14	28	18	14	23	08	158
ANASTÁCIO	01	03	04	03	10	06	05	10	09	03	54
APARECIDA DO TABOADO	--	--	--	01	--	--	--	--	--	--	01
BELA VISTA	--	--	01	01	--	--	--	--	--	--	02
BODOQUENA	03	01	--	05	02	--	--	--	01	--	12
BONITO	--	--	--	--	--	--	01	--	--	--	01
BRASILÂNDIA	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01	01
CAMPO GRANDE	05	02	04	06	02	04	03	05	05	09	45
CORONEL SAPUCAIA	--	--	--	--	--	01	--	--	--	--	01
CORUMBÁ	--	--	01	--	--	--	--	01	--	--	02
COSTA RICA	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01	01
DEODÁPOLIS	--	--	--	01	--	--	--	--	--	--	01
DOIS IRMÃO DO BURITI	--	--	01	--	--	02	--	--	01	--	04
DOURADOS	02	--	--	--	--	--	--	--	--	--	02
JARDIM	--	02	01	01	--	--	--	01	--	--	05
JARAGUARI	--	--	--	--	--	--	--	01	--	--	01
LADÁRIO	--	--	--	--	--	--	--	01	--	--	01
MIRANDA	03	03	07	02	06	06	07	09	01	04	48
NOVA ANDRADINA	--	--	01	--	--	--	--	--	--	--	01
NAVIRAÍ	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01	01
NIOAQUI	--	--	--	--	--	03	01	01	--	--	05
PORTO MURTINHO	--	--	--	--	--	--	--	--	01	--	01
SIDROLÂNDIA	01	--	--	--	--	01	01	--	--	--	03
TRÊS LAGOAS	01	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
TOTAL	21	29	40-	30	34	51	36	43	41	27	352

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UFMS/CPAQ/2004.

Gráfico V

Origem dos Alunos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UFMS/CPAQ- 2004



Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UFMS/CPAQ/2004.

Anexo VI

Números de Alunos Oriundos de outros Estados Brasileiros – UEMS – 2004

ESTADOS	AGRONOMIA	ZOOTECNIA	TOTAL
MINAS GERAIS - MG	01	03	04
MATO GROSSO - MT	02	-	02
SÃO PAULO - SP	05	10	15
SANTA CATARINA - SC	-	01	01
PARANÁ - PR	01	-	01
RONDÔNIA – RO	01	-	01
TOTAL	10	14	24

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

Anexo VII

Origem dos Alunos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação nos Municípios de MS – UEMS – 2004

MUNICIPIO	AGRONOMIA	ZOOTECNIA
AQUIDAUANA	15	8
ANASTÁCIO	0	1
APARECIDA DO TABOADO	0	1
BATAYPOÃ	0	1
BELA VISTA	0	1
CAMPO GRANDE	7	8
CORUMBÁ	4	2
COSTA RICA	0	1
COXIM	0	1
DOURADOS	6	1
ELDORADO	1	1
IGUATEMI	1	1
ITAQUIRAI	0	1
JUTI	1	0
MARACAJÚ	0	1
MIRANDA	3	3
NOVA ANDRADINA	0	1
PARANAÍBA	1	0
RIO BRILHANTE	0	1
TOTAL	39	34

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

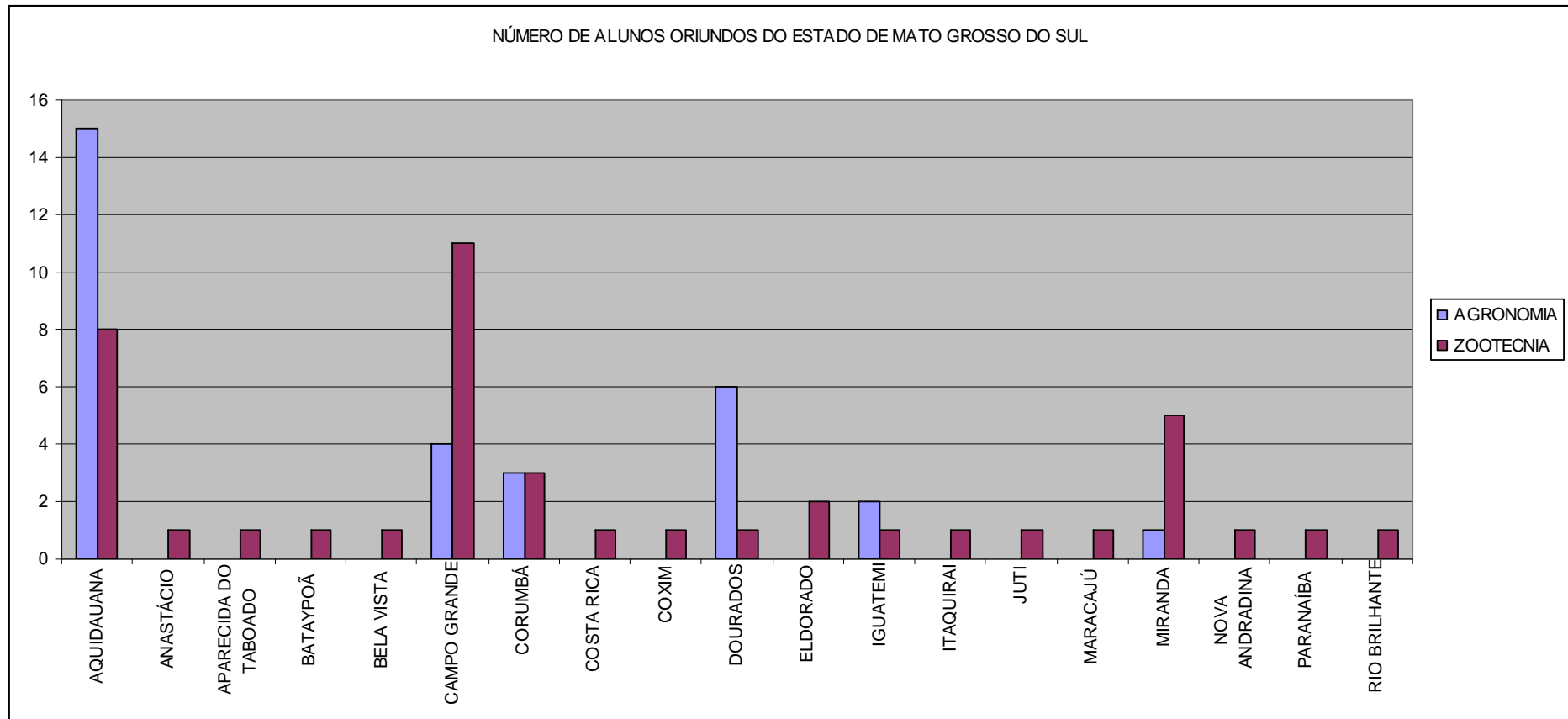
Anexo VIII**Origem dos Alunos nos Municípios de MS – UEMS – 2004**

MUNICIPIO	AGRONOMIA	ZOOTECNIA
AQUIDAUANA	16	9
OUTROS / MS	33	39
TOTAL	49	48

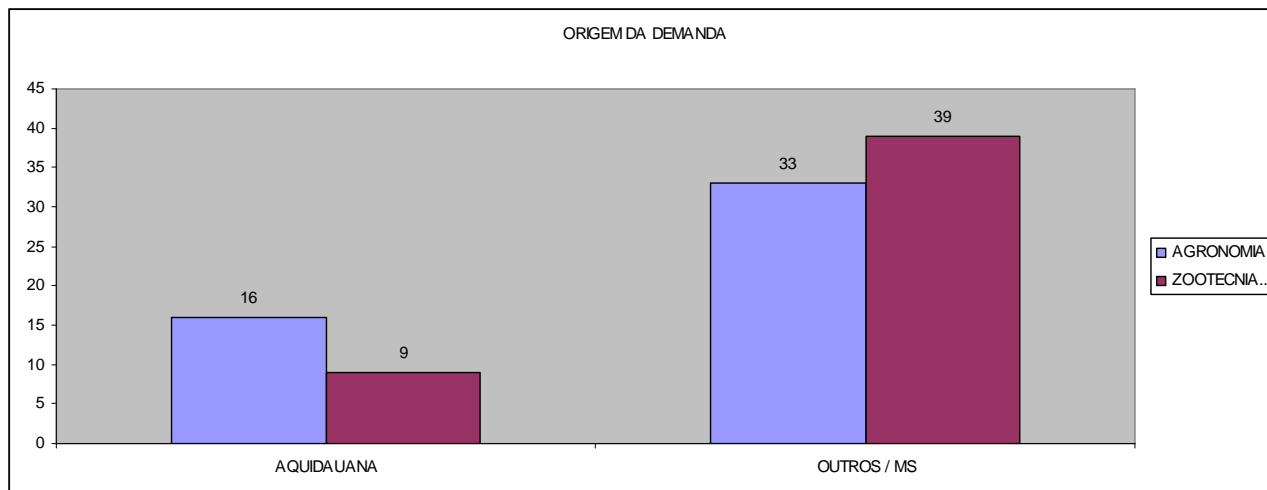
Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

Anexo IX

Número de Alunos Oriundos do Estado de Mato Grosso do Sul – UEMS – 2004



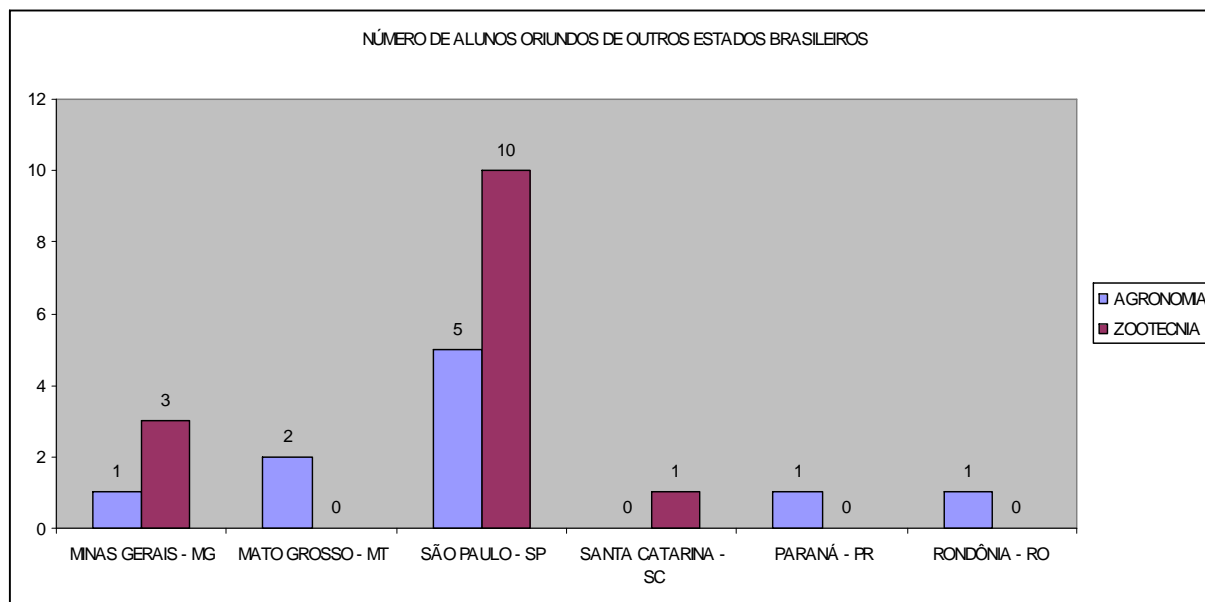
Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

Gráfico X**Origem dos Alunos dos Municípios de Mato Grosso do Sul – UEMS**

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

Gráfico XI

Número de Alunos Oriundos de Estados Brasileiros – UEMS - 2004



Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

Anexo XII

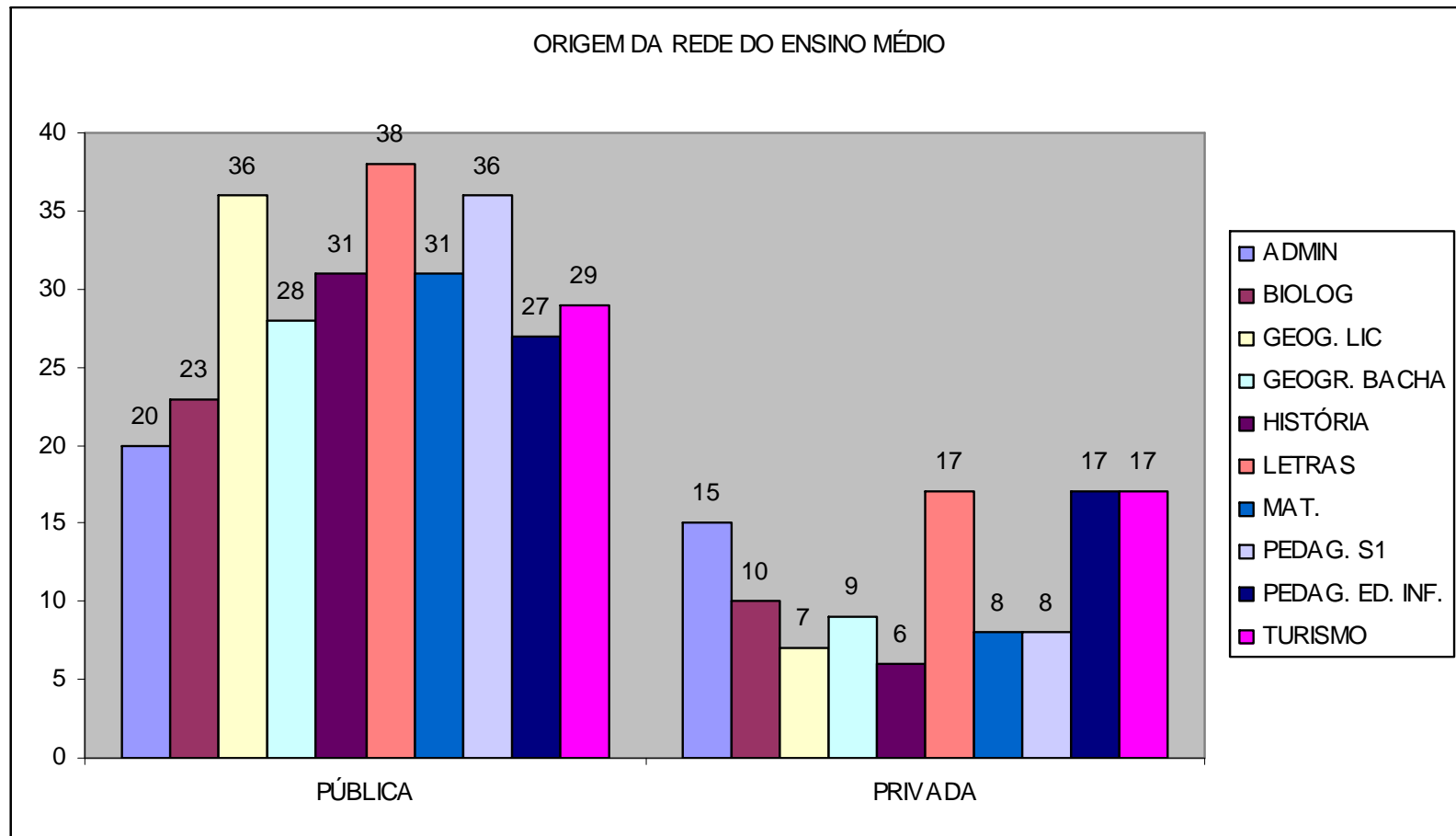
Origem dos Alunos no Ensino Médio – UFMS/CPAQ – 2004

Município	ADMIN.	BIOLOG.	GEOG. LIC	GEOGR. BACHA	HISTORIA	LETRAS	MAT.	PEDAG. S 1	PEDAG. ED. INF.	TURISMO
PÚBLICA	20	23	36	28	31	38	31	36	27	29
PRIVADA	15	10	7	9	6	17	8	8	17	17
TOTAL	35	33	43	37	37	55	39	44	44	46

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UFMS/CPAQ/2004.

Gráfico XIII

Escolarização Anterior (Ensino Médio) dos Alunos Matriculados na UFMS/CPAQ - 2004

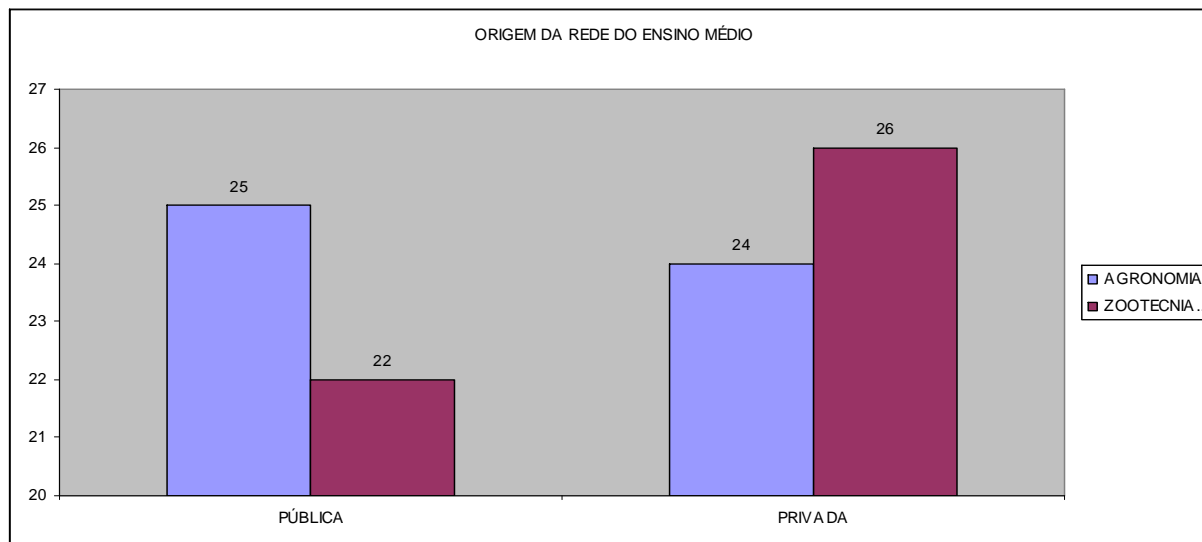


Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UFMS/CPAQ/2004.

Anexo XIV**Origem dos Alunos na Rede do Ensino Médio – UEMS - 2004**

REDE	AGRONOMIA	ZOOTECNIA
PÚBLICA	25	22
PRIVADA	24	26
TOTAL	49	48

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

Gráfico XV**Origem dos Alunos na Rede do Ensino Médio – UEMS – 2004**

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

Anexo XVI

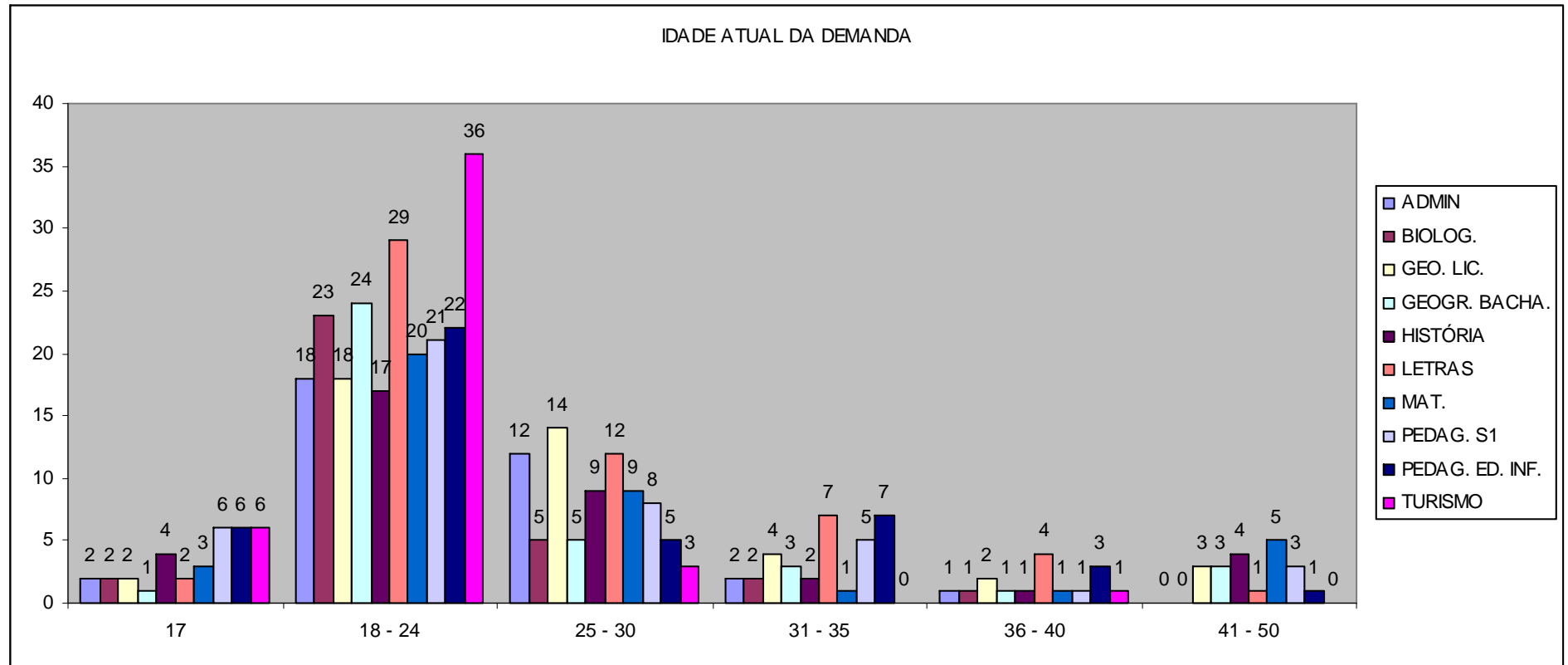
Idade Atual dos Alunos no Ingresso da Educação Superior – UFMS/CPAQ -2004

Município	ADMIN.	BIOLOG.	GEOG. LIC	GEOGR. BACHA	HISTORIA	LETRAS	MAT.	PEDAG. S 1	PEDAG. ED. INF.	TURISMO
17	2	2	2	1	4	2	3	6	6	6
18 - 24	18	23	18	24	17	29	20	21	22	36
25 - 30	12	5	14	5	9	12	9	8	5	3
31 - 35	2	2	4	3	2	7	1	5	7	0
36 - 40	1	1	2	1	1	4	1	1	3	1
41 - 50	0	0	3	3	4	1	5	3	1	0
TOTAL	35	33	43	37	37	55	39	44	44	46

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UFMS/CPAQ/2004.

Gráfico XVII

Idade Atual dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UFMS/CPAQ – 2004



Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UFMS/CPAQ/2004.

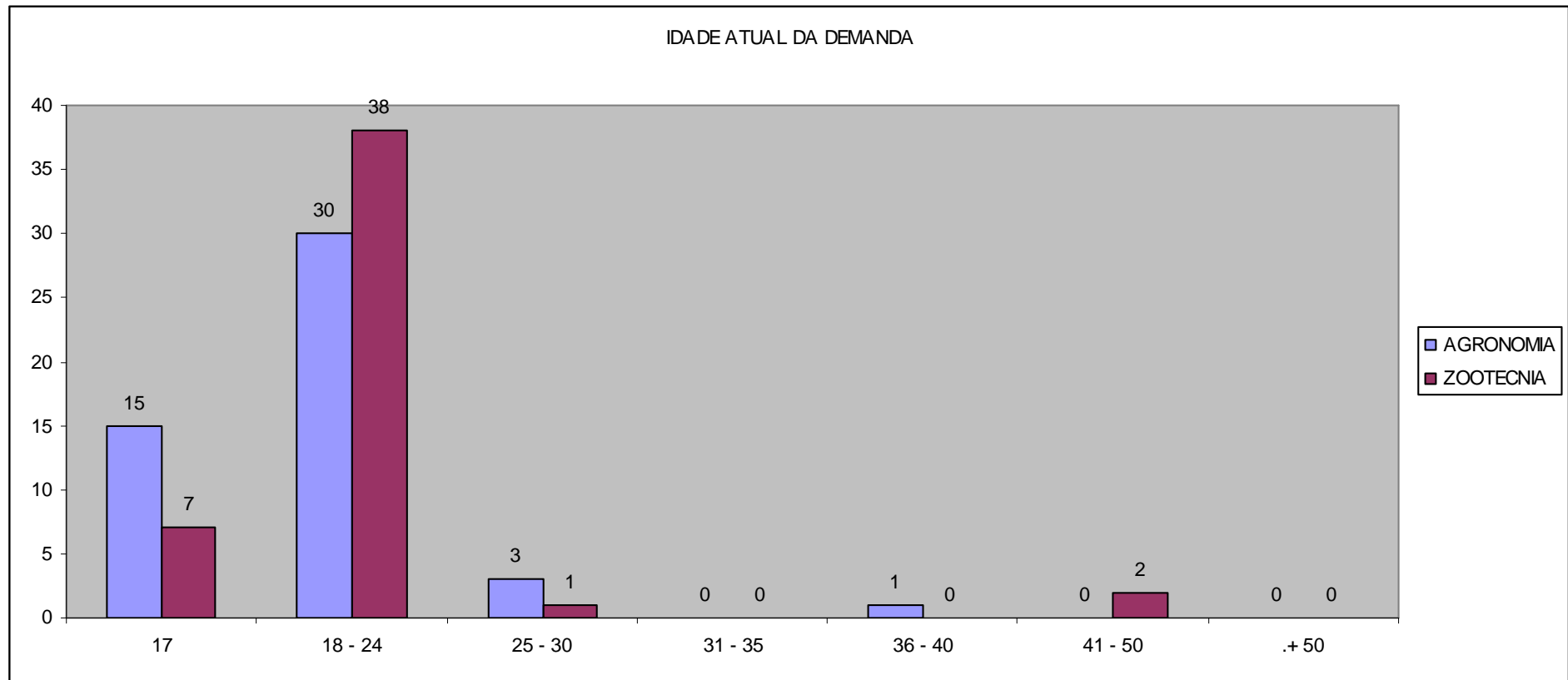
Anexo XVIII**Idade Atual dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS – 2004**

IDADE	AGRONOMIA	ZOOTECNIA
17	15	7
18 – 24	30	38
25 – 30	3	1
31 – 35	0	0
36 – 40	1	0
41 – 50	0	2
+ 50	0	0
TOTAL	49	48

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

Gráfico XIX

Idade Atual dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS - 2004



Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

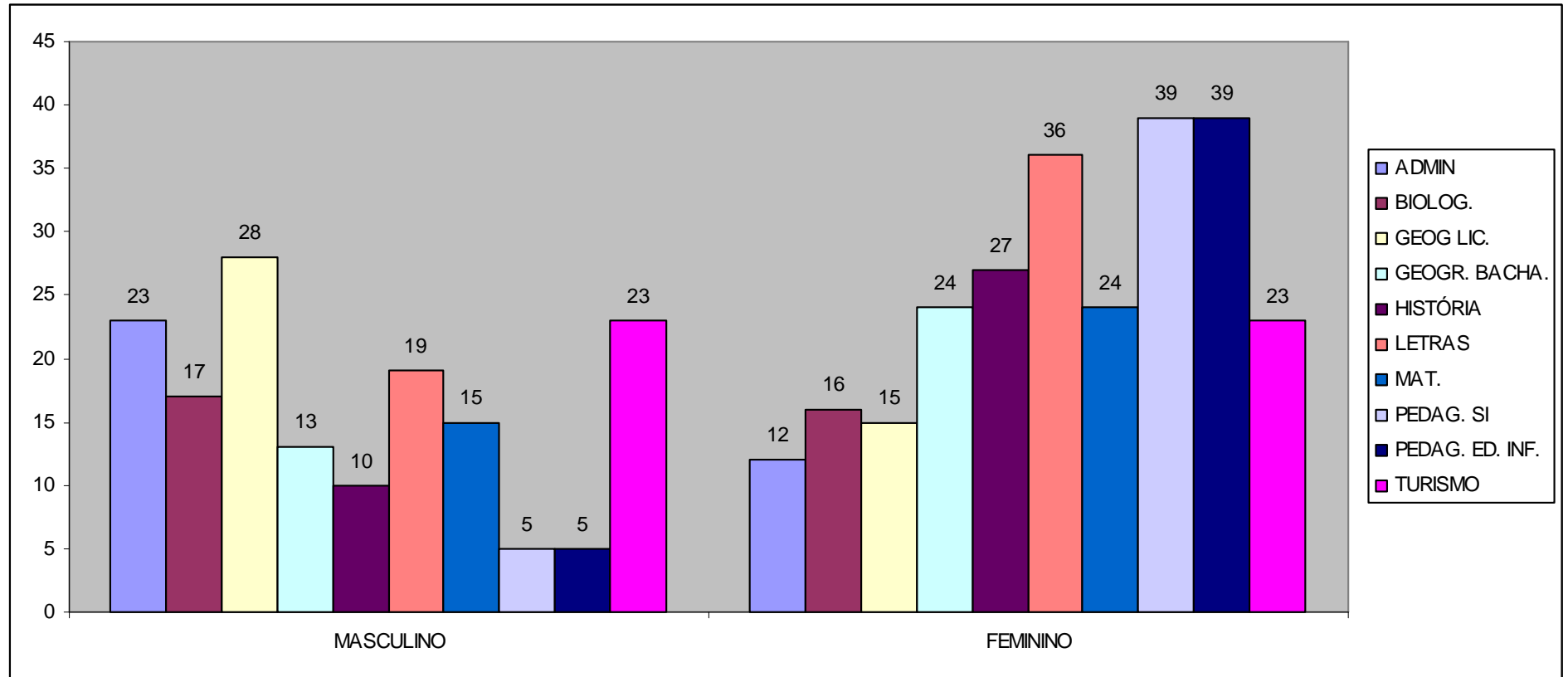
Anexo XX**Sexo dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UFMS/CPAQ – 2004**

Sexo	ADMIN.	BIOLOG.	GEOG. LIC	GEOGR. BACHA	HISTORIA	LETRAS	MAT.	PEDAG. S 1	PEDAG. ED. INF.	TURISMO
MASCULINO	23	17	28	13	10	19	15	5	5	23
FEMININO	12	16	15	24	27	36	24	39	39	23

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UFMS/CPAQ/2004.

Gráfico XXI

Sexo dos Acadêmicos Matriculados nas Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UFMS/CPAQ - 2004



Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UFMS/CPAQ/2004.

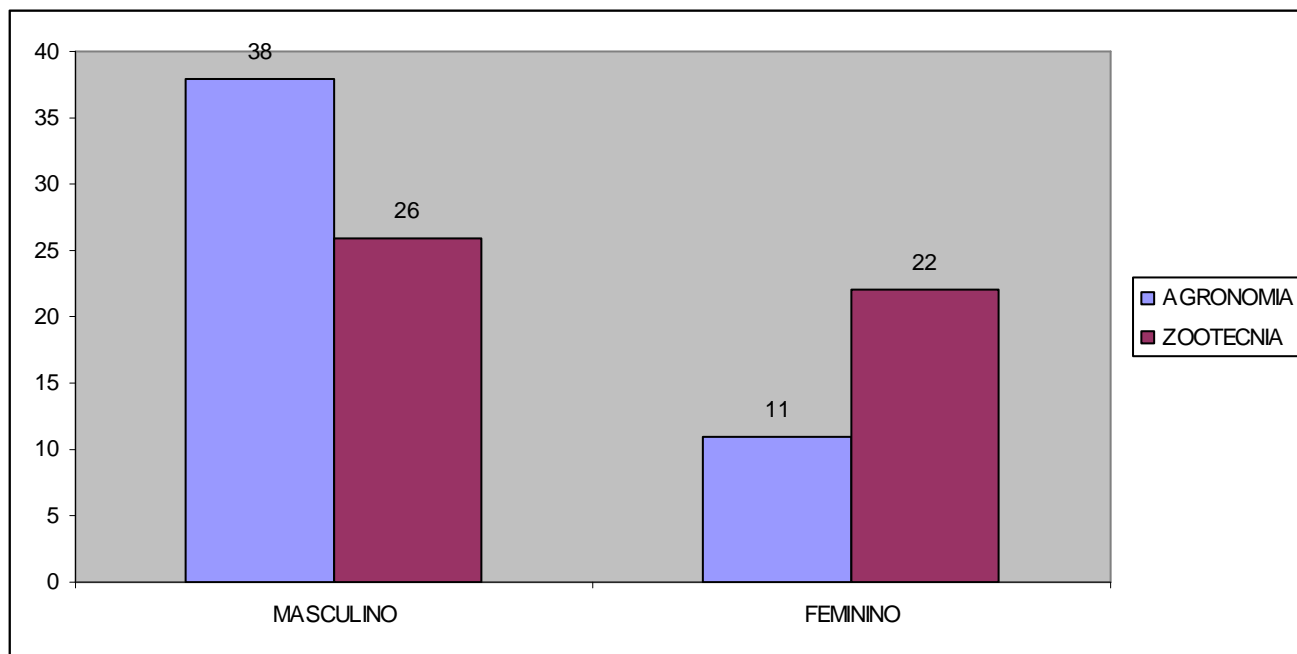
Anexo XXII**Sexo dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS -2004**

SEXO	AGRONOMIA	ZOOTECNIA
MASCULINO	38	26
FEMININO	11	22
TOTAL	49	48

Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.

Gráfico XXIII

Sexo dos Alunos das Primeiras Séries dos Cursos de Graduação da UEMS – 2004



Fonte: Questionário aplicado aos acadêmicos da UEMS/2004.